

MANUAL DE POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS PARA A PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E DO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO



PROPRIEDADES DO DOCUMENTO

Tipo de documento:	POLÍTICA INTERNA
Escrito por:	DEPARTAMENTO DE COMPLIANCE
Avaliado por:	ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO
Aprovado por:	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Estado do documento:	EM VIGOR
Versão do documento:	1.0
Data da última versão:	25 NOVEMBRO 2025

Atenção! Se este documento for impresso, verificar a sua validade consultando a última versão em vigor.

Todos os comentários e propostas de alteração do conteúdo do presente documento devem ser dirigidos ao proprietário do documento.

OBJETIVO DO DOCUMENTO

O objetivo do presente procedimento é descrever as políticas e procedimentos para a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo da KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A., apresentando-se como um instrumento de orientação da conduta que deve mitigar e neutralizar os riscos de uso do seu sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

CONTEÚDO

1. Informação institucional	5
2. Enquadramento e objetivos DO MANUAL DE POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS PARA A PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E DO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO	5
3. Princípios gerais.....	5
4. Processos e procedimentos	7
4.1. DIVULGAÇÃO	7
4.2. LIMITES À UTILIZAÇÃO DE NUMERÁRIO	7
4.3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
4.4. ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL.....	8
4.5. RESPONSÁVEL PELO CUMPRIMENTO NORMATIVO	9
4.6. AMBIENTE DE CONTROLO - DESCRIÇÃO	10
4.7. AMBIENTE DE CONTROLO - CONTRATAÇÃO DE COLABORADORES	10
4.8. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES	11
4.9. FORMAÇÃO	13
4.10. MODELO DE GESTÃO DE RISCO DE BCFT	14
4.11. AVALIAÇÃO DO RISCO GLOBAL DA SOCIEDADE.....	14
4.12. CONTROLO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS BCFT	17
4.13. AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA	17
4.14. MEDIDAS RESTRITIVAS.....	18
4.15. POLÍTICA DE ACEITAÇÃO DE CONTRAPARTES	19
4.16. DEVER DE IDENTIFICAÇÃO E DILIGÊNCIA	22
4.17. ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	30
4.18. DEVER DE COMUNICAÇÃO.....	31
4.19. DEVER DE ABSTENÇÃO	33
4.20. DEVER DE RECUSA	34
4.21. DEVER DE CONSERVAÇÃO	35
4.22. DEVER DE EXAME.....	36
4.23. DEVER DE COLABORAÇÃO	37
4.24. DEVER DE NÃO DIVULGAÇÃO.....	38
4.25. DERROGAÇÃO DO DEVER DE SEGREDO E PROTEÇÃO NA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	39
4.26. PROTEÇÃO DE DADOS PELA SOCIEDADE	40
4.27. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	40
5. Entrada em vigor	43
6. Processo de definição e aprovação do manual	43
7. Atualização, revisão e fiscalização do manual.....	44
8. HISTÓRICO DE REVISÃO DO DOCUMENTO	44

9. Definições	45
10. Anexos	47
10.1. ANEXO I – MODELO DE AFERIÇÃO/GRADUAÇÃO DE RISCOS	48
10.2. ANEXO II – FORMULÁRIOS KYC	49
10.3. ANEXO III - LISTA NÃO EXAUSTIVA DOS FATORES E TIPOS INDICATIVOS DE RISCO POTENCIALMENTE MAIS BAIXO.....	67
10.4. ANEXO IV - LISTA NÃO EXAUSTIVA DOS FATORES E TIPOS INDICATIVOS DE RISCO POTENCIALMENTE MAIS ELEVADO	68
10.5. ANEXO V - LISTA DE INDICADORES DE SITUAÇÕES SUSPEITAS DE BCFT - LISTA EXEMPLIFICATIVA E NÃO EXAUSTIVA	70
10.6. ANEXO VI - CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DE BENEFICIÁRIO EFETIVO	74
10.7. ANEXO VII – AVISO RELATIVO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS PELA KLP GESTÃO DE ACTIVOS, SGOIC, S.A. – ANEXADO AOS FORMULÁRIOS KYC	76
10.8. ANEXO VIII – POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA INTEGRIDADE DE TERCEIROS “<i>KNOW YOUR BUSINESS PARTNER</i>” (KYBP)	78

1. INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

É política da **KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.** (de ora em diante “**Sociedade**”) proibir e ativamente prevenir o Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo (de ora em diante “**BCFT**”), através do cumprimento da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, atualizada pela Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto (daqui em diante, **LBCFT**), e demais legislação e normas aplicável, nomeadamente o Regulamento n.º 2/2020 da CMVM, conforme alterado, a nível setorial. São também consideradas, a nível internacional, as orientações da *Financial Action Task Force* (“**FATF**” ou “**GAFI**”). A Sociedade, neste âmbito, tem de identificar as contrapartes, monitorizar as relações de negócio existentes, bem como comunicar as atividades que sejam consideradas suspeitas ao nível do BCFT.

2. ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS DO MANUAL DE POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS PARA A PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E DO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

O branqueamento de capitais é o processo pelo qual os autores de atividades criminosas encobrem a origem dos bens e rendimentos obtidos ilicitamente, transformando a liquidez proveniente dessas atividades em capitais reutilizáveis legalmente, por dissimulação da origem ou do verdadeiro proprietário dos fundos.

O branqueamento engloba, normalmente, três fases:

- a) Colocação: os bens e rendimentos são colocados nos circuitos financeiros e não financeiros, através, por exemplo, de depósitos em instituições financeiras ou de investimentos em atividades lucrativas e em bens de elevado valor;
- b) Circulação: os bens e rendimentos são objeto de múltiplas e repetidas operações (por exemplo, transferências de fundos), com o propósito de os distanciar da sua origem criminosa, eliminando qualquer vestígio sobre a sua proveniência e propriedade;
- c) Integração: os bens e rendimentos, já reciclados, são reintroduzidos nos circuitos económicos legítimos, mediante a sua utilização, por exemplo, na aquisição de bens e serviços.

A Sociedade está empenhada na prevenção do uso do sistema financeiro para efeitos do BCFT, considerando ser um dever da Sociedade, dos seus órgãos sociais e de todos os colaboradores, no âmbito das funções de cada um, ter conhecimento e agir em conformidade com a legislação nacional e internacional sobre BCFT.

As políticas, procedimentos e controlos internos da Sociedade são criados para assegurar o cumprimento das normas vigentes, e serão revistos e atualizados de uma forma regular, sempre que existam alterações legislativas ou alteração do modelo de negócio ou implementação de novos serviços ou produtos da Sociedade, e pelo menos com uma periodicidade anual.

3. PRINCÍPIOS GERAIS

A Sociedade reconhece a importância das temáticas de prevenção ao BCFT, bem como as consequências negativas de um não cumprimento ou cumprimento insuficiente das políticas e procedimentos previstos neste Manual.

No exercício das suas atividades e para o cumprimento das obrigações legais existentes neste âmbito, a Sociedade promove a adoção de políticas assente na prevenção, através da aplicação dos seguintes princípios:

a) Identificação e Diligência: A Sociedade dispõe de procedimentos que prevêm que, em determinadas situações, tais como, a existência de elementos de identificação incompletos, (incluindo a identificação do beneficiário efetivo) ou de finalidade e natureza de uma relação não clara, que o estabelecimento da relação ou a realização da transação possam ser recusados.

Neste âmbito, a Sociedade revê regularmente, no âmbito das relações de negócio estabelecidas, os elementos identificativos de qualquer pessoa singular, pessoa coletiva, de natureza societária ou não societária, ou centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica que mantenha uma relação de negócio ou realize uma transação ocasional com esta (a “**Contraparte**”), assim como a finalidade e natureza pretendida destas relações. A recusa de fornecer elementos identificativos atualizados à Sociedade pode resultar no encerramento da respetiva relação de negócio;

b) Medidas Restritivas: A Sociedade tem procedimentos implementados que asseguram o cumprimento das medidas restritivas aplicáveis e a identificação de pessoas e entidades sancionadas constantes nas listas oficiais;

c) Comunicação de atividade suspeita: Todas as situações suscetíveis de configurar a prática do crime de BCFT devem ser comunicadas às autoridades competentes portuguesas;

d) Formação: A Sociedade proporciona formação, regular e ocasional, sobre prevenção de BCFT a todos os colaboradores, quer imediatamente após a sua admissão, quer posteriormente;

e) Conservação de Documentos: A Sociedade guarda todos os documentos e registos relevantes no contexto da prevenção de BCFT pelos prazos legalmente definidos na respetiva regulação;

f) Controlo: A Sociedade define e aplica, de forma eficaz, e em permanência, as políticas, procedimentos e controlos que se mostram adequados para gerir os riscos de BCFT a que se encontra exposta, para dar cumprimento às normas legais e regulamentares nestas matérias;

g) Recusa: A Sociedade recusa iniciar/manter relações de negócio e realizar transações ocasionais ou efetuar outras operações quando não obtenha os elementos identificativos e os respetivos meios comprovativos previstos para a identificação e verificação da identidade da Contraparte, do seu representante e do beneficiário efetivo, incluindo a informação para a aferição da qualidade de beneficiário efetivo e da estrutura de propriedade e de controlo da Contraparte; ou a informação sobre a natureza, o objeto e a finalidade da relação de negócio;

h) Exame: A Sociedade analisa com especial cuidado e atenção – intensificando o grau e a natureza do seu acompanhamento – quaisquer condutas, atividades ou operações cujos elementos caracterizadores as tornem suscetíveis de poderem estar relacionadas com fundos ou outros bens que provenham de atividades criminosas ou que estejam relacionados com o financiamento do terrorismo;

i) Abstenção: A Sociedade abstém-se de executar qualquer operação ou conjunto de operações, presentes ou futuras, que saibam ou que suspeitem poder estar associadas a fundos ou outros bens provenientes ou relacionados com a prática de atividades criminosas ou com o financiamento do terrorismo;

j) Colaboração: A Sociedade presta, de forma pronta e cabal, toda a colaboração que lhe for requerida pelo Departamento Central de Investigação Ação Penal (o “**DCIAP**”), pela Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária (a “**UIF**”), pelas demais autoridades judiciais e policiais, pelas autoridades setoriais e pela Autoridade Tributária e Aduaneira;

k) Não divulgação: A Sociedade, bem como os membros dos respetivos órgãos sociais, os que nelas exerçam funções de direção, de gerência ou de chefia, os seus empregados,

os mandatários e outras pessoas que lhes prestem serviço a título permanente, temporário ou ocasional – não revelam à Contraparte ou a terceiros que foram, estão a ser ou irão ser efetuadas comunicações; quaisquer informações relacionadas com aquelas comunicações; que se encontra em curso, ou pode vir a encontrar-se, uma investigação ou inquérito criminal, bem como quaisquer outras investigações, inquéritos, averiguações, análises ou procedimentos legais a conduzir pelas autoridades judiciárias, policiais ou setoriais; e quaisquer outras informações ou análises, de foro ou interno ou externo, que possam pôr em causa o exercício das funções conferidas pela LBCFT às entidades obrigadas e às autoridades judiciárias, policiais e setoriais ou a preservação de quaisquer investigações, inquéritos, averiguações, análises ou procedimentos legais e a prevenção, investigação e deteção do BCFT, em geral.

4. PROCESSOS E PROCEDIMENTOS

4.1. DIVULGAÇÃO

O presente Manual, bem como as suas alterações ou aditamentos, será distribuída a todos os colaboradores da Sociedade, nos seguintes termos:

- a) Publicação do Manual na intranet da Sociedade, disponibilizando-se o documento para consulta de todos os seus colaboradores;
- b) Envio de um exemplar por e-mail, no momento da sua (i) admissão; (ii) sempre que existam novas versões deste documento; e (iii) no âmbito de ações de formação.

A comunicação aos colaboradores de alterações feitas a este Manual deve ser acompanhada de uma explicação concisa das alterações realizadas e dos motivos que justificam as alterações.

Adicionalmente, ao colaborador relevante no âmbito do sistema de prevenção do risco de BCFT, será enviado por e-mail uma súmula com as principais obrigações daqueles tendo em conta as suas funções na Sociedade.

4.2. LIMITES À UTILIZAÇÃO DE NUMERÁRIO

A Sociedade, no âmbito da sua atividade profissional, não recorre ao meio de pagamento em numerário.

4.3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Incumbe ao Conselho de Administração da Sociedade, a promoção de uma efetiva cultura institucional de prevenção ao BCFT, baseada num sistema de controlo interno adequado, eficaz e em conformidade com as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

O Conselho de Administração, através da figura do administrador responsável pelo pelouro de Compliance e BCFT (o “**Administrador Responsável**”), é responsável pela aplicação das políticas e dos procedimentos e controlos em matéria de prevenção do BCFT, incumbindo-lhe, em especial:

- a) Aprovar as políticas e os procedimentos e controlos, bem como proceder à sua atualização;
- b) Conhecer os riscos de BCFT a que a Sociedade se encontra a todo o tempo exposta, bem como dos processos utilizados para identificar, avaliar, acompanhar e controlar esses riscos. Para tal o Responsável pelo Departamento de *Compliance* apresenta os riscos de BCFT ao Administrador Responsável, assim como os resultados da avaliação da eficácia aos controlos definidos para mitigar estes riscos;
- c) Assegurar que a estrutura organizacional permite, a todo o tempo, a adequada execução das políticas e dos procedimentos e controlos em matéria de prevenção BCFT, prevenindo

conflitos de interesses e, sempre que necessário, promovendo a separação de funções no seio da organização. Tal ocorre com base no que se encontra estabelecido nas “Políticas e Procedimentos de Gestão de Conflitos de Interesses”, nomeadamente quando é referido que os colaboradores da Sociedade, e os seus acionistas, preenchem e entregam anualmente uma declaração de interesses ao Responsável pelo Departamento de *Compliance*.

- d) Promover uma cultura de prevenção do BCFT que abranja o(s) colaborador(es) relevantes, sustentada em elevados padrões de ética e de integridade (em consonância com o que se encontra definido no atual Código de Conduta Interno da Sociedade) e, sempre que necessário, na definição e aprovação de códigos de conduta apropriados;
- e) Proceder à designação do Responsável pelo Departamento de *Compliance*, garantindo que este:
 - i. Exerce as suas funções de modo independente, permanente, efetivo e com autonomia decisória necessária a tal exercício, qualquer que seja a natureza do seu vínculo com a Sociedade;
 - ii. Dispõe da idoneidade, da qualificação profissional e da disponibilidade adequadas ao exercício da função;
 - iii. Dispõe de meios e recursos técnicos, materiais e humanos adequados, nestes se incluindo os colaboradores necessários ao bom desempenho da função;
 - iv. Tem acesso irrestrito e atempado a toda a informação interna relevante para o exercício da função, em particular a informação referente à execução do dever de identificação e diligência e aos registos das operações efetuadas;
 - v. Não se encontra sujeito a potenciais conflitos funcionais.
- f) Acompanhar a atividade dos demais membros da direção de topo, na medida em que estes tutelem áreas de negócio que estejam ou possam vir a estar expostas a riscos de BCFT. Tal acontece através da realização de reuniões bimensais onde se abordam na ordem dos trabalhos estas temáticas, e respetivo registo em ata;
- g) Acompanhar e avaliar periodicamente a eficácia das políticas e dos procedimentos e controlos, assegurando a execução das medidas adequadas à correção das deficiências detetadas nos mesmos. Tal acontece na medida em que o Responsável pelo Departamento de Compliance dá conhecimento, anualmente, ao Conselho de Administração dos resultados da avaliação de eficácia das políticas, procedimentos e controlos, que são posteriormente aprovados pelo referido órgão;
- h) Abster-se de qualquer interferência no exercício do dever de comunicação de operações suspeitas (de ora em diante, “COS”), sempre que, no cumprimento do dever de exame que o antecede, se conclua pela existência de potenciais suspeitas;
- i) Assegurar a revisão crítica das decisões de não exercer o dever de comunicação através da análise dos fundamentos para a não comunicação, sempre que, no cumprimento do dever de exame que o antecede, se conclua pela inexistência de potenciais suspeitas. Após a realização desta revisão crítica, o Conselho de Administração aprova a não comunicação.

4.4. ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL

Incumbe ao Administrador Responsável a responsabilidade pela garantia do cumprimento de toda a regulamentação relativa à prevenção de BCFT.

A Sociedade comunica à CMVM a identidade e os contactos diretos do Administrador Responsável, no prazo de 5 dias a contar da sua designação.

A Sociedade, através do seu Conselho de Administração, garante que o Administrador Responsável:

- a) Exerce as suas funções de modo independente e com a autonomia decisória necessária;
- b) Tem acesso irrestrito e atempado a toda a informação interna relevante;

- c) Não se encontra sujeito a potenciais conflitos funcionais.

4.5. RESPONSÁVEL PELO CUMPRIMENTO NORMATIVO

O RCN, no âmbito da prevenção e combate ao BCFT, é o Responsável pelo Departamento de *Compliance*, o qual coordena e supervisiona a aplicação da política e dos procedimentos relacionados.

O Responsável pelo Departamento de *Compliance* foi nomeado atendendo a critérios de idoneidade, qualificação profissional e independência face à gestão, não se encontrando sujeito a potenciais conflitos funcionais. Para tal:

- a) Os requisitos de idoneidade e qualificação profissional são assegurados através da recolha do registo criminal do Responsável pelo Departamento de *Compliance*, sendo disponibilizado às autoridades setoriais sempre que solicitado;
- b) O requisito de independência é assegurado na medida em que o Responsável pelo Departamento de *Compliance* não desempenha outras funções conflituantes com as suas responsabilidades, nomeadamente funções de client-facing, o que previne a existência de conflitos funcionais.

Identificação e Contatos

Nome: Ana Almeida Pereira

Cargo: Head of *Compliance Officer*

Morada (profissional): Avenida do Forte n.º 3 Edifício Suécia III, piso 0, 2790-073 Carnaxide

E-mail: ana.almeida@klepierre.com

Tel.: 919 436 472

O Responsável pelo Departamento de *Compliance* exerce as suas funções de modo independente, permanente, efetivo e com autonomia decisória.

Compete, em exclusivo, ao Responsável pelo Departamento de *Compliance*, no âmbito da prevenção do BCFT:

- a) Participar na definição e emitir parecer prévio sobre as políticas e os procedimentos e controlos destinados a prevenir o BCFT;
- b) Acompanhar, em permanência, a adequação, a suficiência e a atualidade das políticas e dos procedimentos e controlos em matéria de prevenção do BCFT, propondo as necessárias atualizações;
- c) Participar na definição, acompanhamento e avaliação da política de formação interna;
- d) Assegurar a centralização de toda a informação relevante que provenha das diversas áreas de negócio da Sociedade, e manter o Administrador Responsável devidamente informado;
- e) Desempenhar o papel de interlocutor das autoridades judiciais, policiais e de supervisão e fiscalização, designadamente dando cumprimento ao dever de comunicação previsto no artigo 43.º da LBCFT e assegurando o exercício das demais obrigações de comunicação e de colaboração;
- f) Zelar pela atualidade, suficiência, acessibilidade e abrangência da informação sobre o sistema de controlo interno e sobre as políticas e os procedimentos e controlos instrumentais para a sua execução que é disponibilizada aos colaboradores relevantes da Sociedade;
- g) Coordenar a elaboração dos reportes, relatórios e demais informações a enviar à CMVM em matéria de prevenção do BCFT;
- h) Apoiar na preparação e execução dos testes de efetividade;

- i) Verificar o cumprimento das obrigações relativas às medidas restritivas.

A prevenção do BCFT insere-se no âmbito do sistema de controlo interno e da função de compliance da Sociedade. O Responsável pelo Departamento de Compliance tem a responsabilidade e a autoridade para fazer cumprir as políticas e procedimentos de BCFT.

No âmbito das suas funções, o Responsável pelo Departamento de Compliance tem acesso irrestrito e atempado a toda a informação interna relevante para o exercício da sua função.

O Responsável pelo Departamento de *Compliance* envia, anualmente, ao Conselho de Administração e/ou Administrador Responsável, um relatório com os resultados das avaliações periódicas e independentes efetuadas ao nível da qualidade, adequação e eficácia das suas políticas e dos seus procedimentos e controlos. Consequentemente, propõe ao Conselho de Administração e/ou Administrador Responsável as alterações que entenda necessárias e adequadas, para aprovação.

4.6. AMBIENTE DE CONTROLO - DESCRIÇÃO

O organograma da Sociedade é o seguinte:



O Departamento de *Compliance* assegura e monitoriza o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as relativas à prevenção do BCFT, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com Contrapartes, das orientações dos órgãos sociais e das recomendações das entidades reguladoras, por forma a proteger a reputação da Sociedade e a evitar que esta seja alvo de sanções.

4.7. AMBIENTE DE CONTROLO - CONTRATAÇÃO DE COLABORADORES

No âmbito do processo de seleção e recrutamento dos seus colaboradores, a Sociedade garante a aplicação de elevados padrões na contratação de colaboradores cujas funções sejam relevantes para efeitos de prevenção do BCFT, independentemente da natureza do seu vínculo.

No âmbito daquele procedimento, a Sociedade solicitará e analisará os seguintes documentos:

- Curriculum Vitae;
- Indicação dos antecedentes criminais e laborais, acompanhado do respetivo certificado de registo criminal;

- c) Confirmação da identidade, através da exibição do respetivo documento de identificação, cópia do qual, uma vez autorizada, deverá ser mantida nos registos da sociedade;
- d) Sempre que aplicável, conforme análise casuística, deverão ser solicitadas cartas de referência, bem como o contacto telefónico de quem as emite, procedendo-se, se necessário, à confirmação das mesmas;
- e) Preenchimento de uma declaração relativa a eventuais conflitos de interesse.

O Responsável pelo Departamento de *Compliance* (ou o Administrador Responsável, caso a posição a preencher seja a do primeiro) deverá pronunciar-se sobre a idoneidade do colaborador a contratar, por meio de parecer escrito, só depois podendo o colaborador ser contratado.

4.8. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

A Sociedade opera sob o princípio e presunção de honestidade dos seus colaboradores.

Sem prejuízo, qualquer violação à atual legislação em vigor ao nível de PBC-CFT (LBCFT), à regulamentação que o concretiza e às políticas, procedimentos e controlos internamente definidos em matéria de prevenção do BCFT deve ser imediatamente comunicada ao Responsável pelo Departamento de *Compliance* (mencionado no Ponto 4.5 do presente Manual), exceto nas situações em que este seja o visado na comunicação de irregularidades, situação em que esta comunicação deverá ser relatada ao Administrador Responsável pelo sistema de prevenção de BCFT indicado no Ponto 4.4. do presente Manual.

A título de mero exemplo, consideram-se comportamentos suspeitos, os seguintes:

- a) Estilo de vida ou possibilidades financeiras que não correspondam ao nível salarial ou patrimonial conhecido;
- b) Alteração significativa do estilo de vida do colaborador;
- c) Renúncia injustificada ao gozo de férias;
- d) Colaboradores que, injustificadamente, impeçam o acesso a informação;
- e) Colaboradores que não aceitem, injustificadamente, promoções ou alteração das suas funções;
- f) Colaboradores que com frequência, e injustificadamente, permanecem no local de trabalho fora do normal horário de trabalho;
- g) Colaboradores que recebem com frequência, ou de valores significativos, presentes ou outras gratuidades.

Para a concretização da comunicação de irregularidades relacionadas com eventuais violações à LBCFT, à regulamentação que a concretiza e às políticas e aos procedimentos e controlos internamente definidos em matéria de PBCFT, a Sociedade criou um canal interno específico, independente e anónimo – Canal de Relato e de Comunicação Interna e Externa – que, de forma adequada, assegura a receção, o tratamento e o arquivo das comunicações dos referidos factos, sendo o mesmo:

- a) Proporcional à natureza, dimensão e complexidade da atividade da Sociedade;
- b) Capaz de garantir a confidencialidade das comunicações recebidas e a proteção dos dados pessoais do denunciante e do suspeito da prática da infração, nos termos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

A comunicação de irregularidades é efetuada por escrito e apresentada através dos seguintes canais, à escolha do autor da comunicação, com opção de total anonimato:

- a) Endereçada ao Responsável pelo Departamento de *Compliance* para a morada Avenida do Forte n.º 3 Edifício Suécia III, piso 0, 2790-073 Carnaxide; ou
- b) Através do seguinte endereço de e-mail: ana.almeida@klepierre.com ou através da página web da Sociedade;
- c) No caso em que o Responsável pelo Departamento de *Compliance* seja o visado na comunicação, esta deve ser endereçada ao Administrador Responsável para a mesma morada acima mencionada ou através do seguinte endereço de e-mail: laetitia.ferracci@klepierre.com.

O Administrador Responsável e o Responsável pelo Departamento de *Compliance* devem assegurar, a todo o tempo e sempre que solicitado, a confidencialidade e o anonimato do colaborador que relatou o comportamento suspeito. A confidencialidade da identidade dos colaboradores que disponibilizam a informação é sempre assegurada perante: *i)* as contrapartes e quaisquer outros terceiros, mas também perante *ii)* os demais colaboradores da Sociedade que não intervenham no processo de cumprimento dos deveres de comunicação, abstenção e colaboração.

Para este efeito e de modo a permitir a preservação da total confidencialidade dos pedidos de informação e das comunicações recebidas, a Sociedade dispõe de um sistema interno de Intranet, que possui diferentes níveis de acesso, precisamente para garantir que esta confidencialidade seja assegurada. Nestas situações, o acesso é restrito ao denunciante, ao Responsável pelo Departamento de *Compliance* e ao Administrador Responsável na qualidade de Responsável pelo BCFT.

Todas as denúncias serão tratadas e investigadas pelo Responsável pelo Departamento de *Compliance* ou pelo Administrador Responsável, nos casos em que o primeiro esteja em conflito de interesses.

O Responsável pelo Departamento de *Compliance* deve pronunciar-se, num prazo máximo de 48 horas, sobre a operação identificada, entregando relatório escrito com uma proposta de atuação ao Administrador.

O Administrador Responsável, deve manter informado o Conselho de Administração da Sociedade.

A Sociedade abstém-se de quaisquer ameaças ou atos hostis e, em particular, de quaisquer práticas laborais desfavoráveis ou discriminatórias contra quem efetue as comunicações referidas, não podendo tais comunicações, por si só, servir de fundamento à promoção pela Sociedade de qualquer procedimento disciplinar, civil ou criminal relativamente ao autor da comunicação, exceto se as mesmas forem deliberadas e manifestamente infundadas.

Anualmente, o Responsável pelo Departamento de *Compliance* elabora um relatório onde consta uma descrição do canal utilizado para reporte e uma indicação sumária das comunicações internas recebidas e do respetivo processamento.

Adicionalmente, a informação comunicada ao abrigo dos procedimentos de comunicação de irregularidades será utilizada exclusivamente para as finalidades previstas no presente Manual, no estrito cumprimento do disposto na legislação de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 58/2019 de 8 de agosto que assegura a execução do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016).

As comunicações bem como os relatórios a que elas deem lugar, são conservados durante o período de 7 anos e em suporte duradouro nomeadamente eletrónico (pasta partilhada protegida por password apenas acessível ao Responsável pelo Departamento de *Compliance*) e colocados, em permanência e sempre que solicitado, à disposição da CMVM.

A Sociedade define ainda mecanismos de controlo da atuação dos colaboradores relevantes, qualquer que seja a natureza do respetivo vínculo, nomeadamente através:

- a) Da avaliação de desempenho dos colaboradores relevantes; e

- b) Da realização de testes de efetividade anuais.

4.9. FORMAÇÃO

A Sociedade assegura a formação regular, anualmente, no âmbito da prevenção do BCFT, dos seus dirigentes, trabalhadores e demais colaboradores relevantes para efeitos dessa prevenção, habilitando-os, por exemplo, a reconhecer operações suspeitas (isto é, que possam estar relacionadas com o BCFT) e a atuar em tais casos, bem como a ter um conhecimento adequado das obrigações impostas pela legislação e regulamentação em vigor nesta matéria, inclusive em matéria de proteção de dados pessoais.

As ações de formação serão objeto de um plano anual, desenhado em função dos riscos conhecidos e da área de atuação da Sociedade, devendo ser precedido de parecer favorável do Responsável pelo Departamento de *Compliance*.

No caso de colaboradores recém-admitidos cujas funções relevem diretamente no âmbito da prevenção do BCFT, a Sociedade imediatamente após a respetiva admissão, no momento do *onboarding* ou até 120 dias, proporciona-lhes formação adequada sobre as políticas, procedimentos e controlos internamente definidos nesta matéria.

A Sociedade mantém um registo atualizado e completo das ações de formação internas ou externas realizadas, conservando-os nos termos deste Manual, contendo a seguinte informação mínima:

- a) Denominação e conteúdo;
- b) Data e local de realização;
- c) Entidade formadora;
- d) Duração (em horas);
- e) Natureza (formação interna ou externa);
- f) Forma (formação presencial ou à distância) através da qual a mesma foi ministrada;
- g) Material didático de suporte;
- h) Identificação dos formadores e, quando aplicável, a identificação da entidade responsável pela formação;
- i) Identificação dos formandos e respetivas funções desempenhadas na Sociedade;
- j) Avaliação final dos formandos, quando exista.

As ações de formação devem versar, pelo menos, sobre os seguintes aspetos:

- a) Os princípios e conceitos básicos em matéria de prevenção do BCFT;
- b) Os princípios fundamentais do sistema de controlo interno da entidade e as políticas e os procedimentos e controlos instrumentais para a sua execução;
- c) Principais riscos e elementos caracterizadores de suspeição associados a cada área de negócio da entidade financeira, em termos que permitam, desde o início de funções, o reconhecimento de quaisquer condutas, atividades ou operações cujos elementos caracterizadores as tornem suscetíveis de poderem estar relacionadas com fundos ou outros bens que provenham de atividades criminosas ou que estejam relacionados com o financiamento do terrorismo.

A formação será preferencialmente interna quando seja possível assegurar que a formação é ministrada por pessoa com reconhecida competência e experiência no domínio da prevenção ao BCFT, e externa nos demais casos.

Quando se pondere a realização de formação externa, serão selecionadas entidades de reconhecido mérito na área da formação técnica, nomeadamente, no que respeita à formação em matéria de prevenção e combate ao BCFT.

As ações formativas da Sociedade serão lecionadas através de diversos canais (*e-learning*, formação presencial, entre outros), de natureza interna ou externa.

O Responsável pelo Departamento de Compliance procede à avaliação anual da política de formação interna da Sociedade.

O Responsável pelo Departamento de Compliance garante a divulgação e atualização regular de todas as normas e procedimentos relacionados com BCFT, designadamente através do correio eletrónico interno da Sociedade ou pela entrega física de documentos informativos para o efeito. Adicionalmente, estarão sempre disponíveis cópias em formato físico e digital para consulta de todos os interessados.

4.10. MODELO DE GESTÃO DE RISCO DE BCFT

A definição de um modelo eficaz de gestão de riscos de BCFT ("**Modelo de Risco**"), com práticas adequadas à identificação, avaliação, gestão, controlo e comunicação dos riscos a que a Sociedade está, ou poderá vir a estar sujeita neste âmbito, é assumida como uma prioridade para efeitos de cumprimento dos objetivos da Sociedade.

A Sociedade reconhece que uma abordagem baseada no risco, a qual exige que haja o reconhecimento da existência de riscos, bem como uma apreensão de avaliação de riscos e o desenvolvimento de procedimentos e processos de mitigação, traz importantes benefícios no que respeita à prevenção e combate do BCFT, permitindo o foco nos pontos de maior ameaça, traduzindo-se numa resposta mais eficaz.

O Responsável pelo Departamento de *Compliance* propõe, anualmente, o grau de tolerância ao risco da Sociedade (e respetivas atualizações) ao Conselho de Administração, o qual será responsável pela sua aprovação. O Responsável pelo Departamento de *Compliance* acompanha ainda o perfil de risco efetivo da Sociedade, garantindo a conformidade entre ambos.

4.11. AVALIAÇÃO DO RISCO GLOBAL DA SOCIEDADE

4.11.1. Identificação dos Riscos Conhecidos

A Sociedade identifica, avalia e mitiga os concretos riscos de BCFT existentes no contexto da sua realidade operativa específica. Para tal, o Responsável pelo Departamento de *Compliance*:

- a) Identifica os concretos riscos de BCFT inerentes à sua realidade operativa específica, incluindo os riscos associados:
 - i. À natureza, dimensão e complexidade da atividade prosseguida;
 - ii. Aos respetivos clientes;
 - iii. Às áreas de negócio desenvolvidas, bem como aos produtos, serviços e operações disponibilizados;
 - iv. Aos canais de distribuição dos produtos e serviços disponibilizados, bem como aos meios de comunicação utilizados no contacto com os clientes;
 - v. Aos países ou territórios de origem dos clientes da Sociedade, ou em que estes tenham domicílio ou, de algum modo, desenvolvam a sua atividade;

- vi. Aos países ou territórios em que a Sociedade opere, diretamente ou através de terceiros, pertencentes ou não ao mesmo grupo.
- b) Avalia o risco de BCFT associado à sua realidade operativa específica, designadamente através da determinação:
 - i. Do grau de probabilidade e de impacto de cada um dos riscos concretamente identificados, tendo em atenção, para o efeito, todas as variáveis relevantes no contexto da sua realidade operativa, incluindo a finalidade da relação de negócio, o nível de bens depositados por cliente ou o volume das operações efetuadas e a regularidade ou a duração da relação de negócio;
 - ii. Do risco global da Sociedade e, sempre que aplicável, das respetivas áreas de negócio, a aferir com base na ponderação de cada um dos riscos concretamente identificados e avaliados.
- c) Define e garante a adoção dos meios e procedimentos de controlo que se mostrem adequados à mitigação dos riscos específicos identificados e avaliados, adotando procedimentos especialmente reforçados quando se verifique a existência de um risco acrescido de BCFT.
- d) Revê anualmente a atualidade das práticas de gestão de risco a que se referem as alíneas anteriores, de modo a que as mesmas reflitam adequadamente eventuais alterações registadas na realidade operativa específica e riscos a esta associados.

Os resultados da avaliação do risco encontram-se sumarizados na tabela que se segue:

Risco	Fator(es) de risco associado(s):	Probabilidade ¹	Impacto ¹	Criticidade	Fundamento
Informação incompleta e não fidedigna das Contrapartes	- Aos respetivos clientes - Aos canais de distribuição dos produtos e serviços disponibilizados, bem como aos meios de comunicação utilizados no contacto com os clientes	II	II	Média	Não ter a informação necessária para uma análise completa de risco das Contrapartes
Determinação incorreta do RCBE	- Aos respetivos clientes	I	II	Reduzida	Determinar com exatidão o RCBE
Não identificação de PEP ou familiar de PEP	- Aos respetivos clientes - Aos canais de distribuição dos produtos e serviços disponibilizados, bem como aos meios de comunicação utilizados no contacto com os clientes	I	II	Reduzida	Necessário identificar PEP ou familiar de PEP para uma correta análise de risco
Não identificação de entidade sancionada/ Incumprimento de medidas restritivas	- Aos respetivos clientes	I	III	Média	Necessário identificar entidade sancionada/aplicação de medidas restritivas para uma correta análise de risco, e para determinar a aceitação/continuidade da transação ocasional/relação de negócio
Não identificação de <i>Adverse Media</i> associado	- Aos respetivos clientes - Aos canais de distribuição dos produtos e serviços disponibilizados, bem como aos meios de comunicação utilizados no contacto com os clientes	I	II	Reduzida	Necessário identificar <i>adverse media</i> para uma correta análise de risco
Fundos provenientes de países sancionados pela ONU	- Aos países ou territórios de origem dos clientes da entidade obrigada, ou em que estes tenham domicílio ou, de algum modo, desenvolvam a sua atividade - Aos respetivos clientes - Às áreas de negócio desenvolvidas, bem como aos produtos, serviços e operações disponibilizados	I	III	Média	Receber fundos provenientes de países sancionados
Fundos provenientes de países com monitorização reforçada de acordo com o FATF (<i>Financial Action Task Force</i>)		I	III	Média	Receber fundos provenientes de países com monitorização reforçada
Fundos provenientes de países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis		II	II	Média	Receber fundos provenientes de territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis, que poderão ter fontes ilícitas

(1) A probabilidade de ocorrência e o seu potencial impacto são avaliados qualitativamente de acordo com a seguinte escala (do menos provável ou com menor impacto para o mais provável ou com maior impacto): (I) reduzido; (II) moderado; (III) elevado.

O Responsável pelo Departamento de *Compliance*, antes do lançamento de novos produtos, práticas ou tecnologias:

- a) Analisa os riscos específicos de BCFT com eles relacionados;
- b) Prevê e adota procedimentos específicos de mitigação dos riscos associados àqueles produtos, práticas ou tecnologias;
- c) Promove a atualização do risco global da Sociedade e das contrapartes.

Risco Global da Sociedade: Considerando os riscos identificados na presente Política, bem como a avaliação da sua probabilidade e do seu potencial impacto, o risco global da Sociedade é **médio-baixo**.

4.12. CONTROLO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS BCFT

O modelo de risco implementado na Sociedade estabelece como principais vetores de mitigação:

- a) Programas adequados de Know Your Customer (“**KYC**”) os quais estão também definidos no presente Manual;
- b) Amplo processo de formação dos seus colaboradores, o que contribui também para a mitigação dos riscos de BCFT;
- c) Existência de um Canal de Relato e de Comunicação Interna e Externa;
- d) Avaliação da Eficácia das políticas, procedimentos e controlos implementados em matéria de prevenção BCFT;
- e) Os controlos elencados na matriz de riscos e controlos apresentada na presente Política.

4.13. AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA

O Departamento de Compliance efetua, anualmente, uma avaliação autónoma do seu sistema de controlo interno em matéria de prevenção do BCFT, tendo em vista aferir a efetividade do mesmo. Esta avaliação traduz-se na elaboração de um relatório a cada ano que deverá ser enviado ao Conselho de Administração.

O teste de efetividade deve avaliar a qualidade, a adequação e a eficácia das políticas, procedimentos e controlos implementados em matéria de prevenção BCFT, cobrir todos os segmentos da atividade prosseguida pela sociedade e incidir pelo menos sobre:

- a) O modelo de gestão dos riscos de BCFT;
- b) A qualidade das comunicações e das demais informações prestadas às autoridades setoriais;
- c) O estado de execução das medidas corretivas anteriormente adotadas;
- d) A eficácia dos procedimentos implementados e os resultados obtidos no cumprimento dos deveres de identificação e diligência e do dever de conservação;
- e) A oportunidade e suficiência dos procedimentos complementares adotados nos termos do disposto no artigo 27.º da LBCFT;
- f) A adequação da aplicação de medidas simplificadas e reforçadas no âmbito do dever de identificação e diligência e a correção da classificação das contrapartes para essa aplicação;
- g) O nível de cumprimento e adequação dos procedimentos de atualização previstos no artigo 40.º da LBCFT;

- h) Os resultados da execução por terceiros, dos procedimentos de identificação e diligência, nos termos do disposto no artigo 41.º da LBCFT, o nível de cumprimento e a adequação da prestação desses serviços pela entidade terceira, quando aplicável;
- i) A qualidade, adequação e tempestividade dos procedimentos de exame e COS;
- j) A suficiência e qualidade das ações de formação ministradas e qualidade da informação disponibilizada a todos os dirigentes e demais colaboradores relativa à prevenção do BCFT;
- k) A suficiência e resultados dos meios e mecanismos adotados para o conhecimento e imediata execução de medidas restritivas.

De acordo com a CMVM, nas avaliações referidas e para efeitos da eventual necessidade de revisão das políticas e dos procedimentos e controlos, a Sociedade atende, designadamente, à adequação das políticas e dos procedimentos e controlos face às atividades desenvolvidas no período decorrido desde a última avaliação; eventuais alterações do modelo de negócio; eventuais alterações nos riscos derivados das circunstâncias envolventes externas da atividade; eventuais recomendações emitidas pela CMVM ou por outros organismos nacionais ou internacionais e, por fim, resultados da avaliação de eficácia efetuada.

O disposto anteriormente não prejudica o dever de a Sociedade proceder a uma avaliação e revisão das políticas e dos procedimentos e controlos, em prazo mais curto, nomeadamente, quando se verifique a sua desadequação em função das atividades desenvolvidas e dos riscos verificados.

Nos procedimentos de avaliação e de eventual revisão, a Sociedade inclui a revisão da atualidade das práticas de gestão de risco adotadas.

As avaliações de eficácia serão efetuadas por uma entidade externa independente, a qual terá acesso irrestrito e atempado a toda a informação relevante, na medida em que a Sociedade dará acesso à pasta da rede, através da disponibilização de uma *password*.

4.14. MEDIDAS RESTRITIVAS

A Sociedade adota os meios e os mecanismos necessários para assegurar o cumprimento das medidas restritivas adotadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ou adotadas pela União Europeia de congelamento de bens e recursos económicos relacionadas com o terrorismo, a proliferação de armas de destruição em massa, e o respetivo financiamento, contra pessoa ou entidade designada de acordo com a Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto relativa à aplicação e à execução destas medidas e que estabelece o regime sancionatório aplicável à violação destas medidas. Para cumprimento do *supra* disposto, a Sociedade, através do recurso a entidade externa, adota em especial:

- a) Os meios adequados a assegurar a imediata e plena compreensão do teor das medidas restritivas, em particular e quando aplicável, das listas de pessoas e entidades, emitidas ou atualizadas ao abrigo daquelas medidas, mesmo que não disponíveis em língua portuguesa, nomeadamente através da consulta das listas das pessoas e entidades sujeitas às medidas restritivas publicamente disponíveis no website da ONU e, no caso da UE, no Jornal Oficial:
 - i. <https://www.un.org/securitycouncil/content/un-sc-consolidated-list> (ONU);
 - ii. <https://eur-lex.europa.eu/oj/direct-access.html> (Jornal Oficial da UE).
- b) Os mecanismos de consulta necessários à imediata aplicação daquelas medidas, incluindo a subscrição eletrónica de quaisquer conteúdos que, neste âmbito, estejam disponíveis.

Para aferição da qualidade de sancionado e para garantir o cumprimento das medidas restritivas será assegurada a realização de filtragens (através de recurso a entidade externa) nos seguintes momentos:

- a) Antes do início de uma relação de negócio/transação ocasional;
- b) No decurso da relação de negócio;
- c) Nas avaliações periódicas;
- d) No processo de atualização do KYC;
- e) Quando existam alterações dos dados de KYC.

As filtragens serão realizadas por entidade externa competente para o efeito.

A aferição da qualidade de sancionado será realizada relativamente a contrapartes, BEFs, representantes legais bem como a outras entidades relevantes (titulares do órgão de administração, detentores de capital acima de 5%, etc.).

Adicionalmente, a Sociedade irá cooperar com a Direção-Geral de Política Externa (“**DGPE**”) do Ministério dos Negócios Estrangeiros e com o Gabinete de Planeamento Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças (“**GPREARI**”), para garantir o cumprimento das medidas restritivas.

Para o efeito, deverão ser assegurados os mecanismos de consultas necessários à imediata aplicação daquelas medidas, conforme previsto no artigo 21.º da LBCFT, Regulamento da CMVM n.º 2/2020 e da Lei n.º 97/2017.

O Responsável pelo Departamento de *Compliance* verifica o cumprimento de todas as obrigações relativas à execução das medidas restritivas e assegura os deveres de comunicação às autoridades nacionais competentes referidas no n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 97/2017.

A Sociedade não aceita realizar qualquer transação ocasional ou relação de negócio quando a Contraparte conste de listas de sanções definidas por países ou organizações internacionais (*i.e.*: ONU, OFSI, OFAC e UE).

A Sociedade mantém registos escritos relativos ao cumprimento de todas as suas obrigações respeitantes à execução de medidas restritivas, de acordo com o dever de conservação. Sempre que a Sociedade decida não proceder à execução das medidas restritivas, é reduzido a escrito os fundamentos da decisão de não execução.

4.15. POLÍTICA DE ACEITAÇÃO DE CONTRAPARTES

No âmbito dos procedimentos de combate ao BCFT a Sociedade implementa uma política e procedimentos claros de aceitação de contrapartes, incluindo a identificação dos tipos de contrapartes que provavelmente possam envolver um risco mais elevado, no que respeita ao BCFT, para a Sociedade.

No âmbito deste Manual de Políticas e Procedimentos a Sociedade tem em consideração fatores relevantes para definição do nível de risco das contrapartes, designadamente, o país de origem ou residência, o perfil profissional e a sua eventual participação em atividades políticas e o respetivo ramo de negócio.

Neste sentido, a Política de Aceitação de Contrapartes define o conjunto de critérios que devem orientar a aceitação ou recusa de relacionamento com potenciais contrapartes e na definição de critérios de classificação do nível de risco das contrapartes.

Processo de Aceitação de Contrapartes

A Sociedade criou um quadro de avaliação da integridade de terceiros denominado "Know Your Business Partner" (KYBP), aplicável a todos os terceiros com os quais a Sociedade pretende estabelecer relações comerciais: lojistas, compradores e vendedores de ativos, fornecedores e prestadores de serviços, intermediários recrutados para operações de desenvolvimento, etc. O procedimento de avaliação da integridade destes terceiros encontra-se plasmado no Anexo VIII - Política de Avaliação da Integridade de Terceiros "Know Your Business Partner" (KYBP) do presente Manual.

Por conseguinte, cabe ao Colaborador selecionar um parceiro com base na sua atividade, no contexto da relação comercial e após verificação prévia da sua identidade e integridade, em conformidade com os procedimentos internos em vigor. Este controlo é apoiado por documentação oficial e jurídica adaptada às especificidades da pessoa singular ou coletiva em causa. Aplica-se a todos os tipos de relações de negócios, na fase inicial e continua a aplicar-se durante toda a duração da relação, através de atualizações periódicas das informações recolhidas e da documentação arquivada.

De acordo com a política de compras da Sociedade, a Sociedade compromete-se a selecionar os seus fornecedores e prestadores de serviços de acordo com critérios objetivos e imparciais, em conformidade com as regras e práticas em vigor. As negociações com os fornecedores e prestadores de serviços são conduzidas de forma equitativa, independentemente do seu valor económico, tendo o cuidado de não exigir concessões ilícitas ou irrazoáveis e de comunicar imediatamente qualquer tentativa de corrupção.

De um modo geral, a Sociedade recorre a concursos. A contratação direta é possível, mas deve constituir uma exceção e ser devidamente justificada e validada pela direção.

As relações da Sociedade com os seus fornecedores e prestadores de serviços baseiam-se na confiança, na transparência e na equidade.

Recusa de Potenciais Contrapartes

A Sociedade recusa quaisquer potenciais contrapartes que se enquadrem em alguma das seguintes categorias:

- a) Pessoas e entidades incluídas em alguma das listas oficiais de sanções;
- b) Pessoas cuja reputação, na comunicação social ou no mercado, surge habitual e comprovadamente associada a atividades criminosas;
- c) Pessoas para as quais não tenha sido possível, independentemente do motivo, concluir os procedimentos de KYC, ou que não colaborem com a Sociedade na disponibilização da informação requerida;
- d) Pessoas coletivas cuja estrutura acionista ou de controlo não se possa determinar.

Quando uma contraparte seja recusada, o Diretor de *Compliance* pela potencial contraparte deverá:

- a) Analisar as evidências apontadas pelo Responsável Comercial;
- b) Preparar um processo de recusa, o qual deve, pelo menos, incluir todas as informações recolhidas sobre a potencial contraparte e o fundamento da recusa.

Sempre que ocorrer uma recusa em efetuar uma operação, devem ser analisadas as circunstâncias que a determinaram e, se se suspeitar que a situação pode estar relacionada com a prática de um crime de branqueamento ou de financiamento do terrorismo, devem ser efetuadas as comunicações previstas na Lei.

O Responsável pelo Departamento de *Compliance* atua, sempre que possível, em articulação com as autoridades judiciais ou policiais competentes, consultando-as previamente, sempre que

tenha razões para considerar que a cessação da relação de negócio prevista na alínea b) é suscetível de prejudicar uma investigação.

Quando uma contraparte seja recusada, o Responsável pelo Departamento de *Compliance* deverá avaliar o processo e equacionar, possíveis ações subsequentes no âmbito da legislação aplicável. Deverá ser elaborado relatório com os fundamentos da recusa, que inclua as conclusões que sustentam as análises relativas às possíveis razões para a não obtenção dos elementos, dos meios ou da informação, às possíveis razões para a impossibilidade do cumprimento dos procedimentos de identificação e diligência, incluindo os procedimentos de atualização; as conclusões que fundamentam a decisão de pôr termo à relação de negócio, quando o risco de BCFT concretamente identificado não possa ser gerido de outro modo e a referência à realização das consultas às autoridades, conforme referido anteriormente, com indicação das respetivas datas e dos meios de comunicação utilizados.

Aceitação Condicionada

As potenciais contrapartes que tenham sido classificados com nível elevado de risco de BCFT devem ser expressamente autorizados pelo Conselho de Administração.

Perfil de Risco

A Sociedade adota procedimentos de prevenção ao BCFT adequados aos riscos identificados em cada transação/relação de negócio realizada, consoante as características da contraparte e da operação em causa que configurem, em abstrato, risco reduzido ou risco elevado de prática de BCFT.

O Responsável pelo Departamento de *Compliance*, com base na informação obtida (em particular no âmbito do processo KYC), classificará todas as potenciais Contrapartes, seus representantes e beneficiários efetivos em termos de perfil de risco, assente na seguinte classificação:

- a) Reduzido;
- b) Moderado;
- c) Elevado.

O modelo de avaliação de risco aplica as variáveis constantes do **Anexo I**, sendo que o risco final para cada contraparte será dado de acordo com uma escala de 1 a 3 (os valores são arredondados para o número inteiro mais próximo e a zero casas decimais), correspondendo uma pontuação de:

- a) 1 a uma classificação de risco reduzido;
- b) 2 a uma classificação de risco moderado;
- c) 3 a uma classificação de risco elevado.

A análise deve também ter em conta os critérios de risco e suspeição constantes das listagens de risco exemplificativas constantes nos:

- a) Anexo III: Lista não exaustiva dos fatores e tipos indicativos de risco potencialmente mais baixo, da Lei n.º 83/2017 de 18-08-2017;
- b) Anexo IV: Lista não exaustiva dos fatores e tipos indicativos de risco potencialmente mais elevado, da Lei n.º 83/2017 de 18-08-2017;
- c) Anexo V: Lista de indicadores de situações suspeitas de BCFT, Carta Circular 2020/8688 da CMVM.

Revisão do Perfil de Risco

A revisão do perfil de risco será feita sempre que haja indícios de um padrão de comportamento que desencadeie a eventual alteração do mesmo. Não existindo indícios de alteração, a revisão do

perfil de risco será realizada de 1 a 5 anos, consoante o perfil de risco inicial, nos seguintes termos: (i) em caso de risco elevado anualmente; (ii) em caso de risco moderado a cada 3 anos; (iii) nos demais casos a cada 5 anos.

4.16. DEVER DE IDENTIFICAÇÃO E DILIGÊNCIA

KYC

A Sociedade, antes do estabelecimento da relação de negócio ou da realização de qualquer transação ocasional, nomeadamente sempre que um investidor pretenda subscrever unidades de participação de um OII, ou sempre que um Fundo adquira ou aliene participações sociais, procede à recolha da informação relevante sobre as suas contrapartes, representantes e/ou beneficiários efetivos mediante o preenchimento dos formulários junto ao presente Manual conforme **Anexo II**.

No caso das transações ocasionais, a Sociedade verifica a atualidade dos elementos de identificação apresentados, independentemente de já ter recolhido elementos de informação sobre a contraparte durante a realização de uma transação ocasional anterior.

A verificação da identidade pode ser completada após o início da relação de negócio, desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes pressupostos:

- a) Se tal for necessário para não interromper o desenrolar normal do negócio;
- b) O contrário não resulte de norma legal ou regulamentar aplicável à atividade da Sociedade;
- c) A situação em causa apresente um risco reduzido de BCFT, expressamente identificado como tal pela Sociedade;
- d) A Sociedade execute as medidas adequadas a gerir o risco associado àquela situação, designadamente através da limitação do número, do tipo ou do montante das operações que podem ser efetuadas.

Sempre que a Sociedade faça uso da faculdade conferida nos termos anteriores, apenas pode diferir a verificação da identidade das suas contrapartes pelo prazo de 60 dias após recolha inicial dos elementos de identificação.

A Sociedade cessa de imediato a relação de negócio com a contraparte e adota os procedimentos previstos no dever de recusa, caso a contraparte não disponibilize os meios de comprovação da sua identidade no prazo de 60 dias, conforme referido acima.

Neste âmbito, a Sociedade faz constar nos registos e análises previstos no dever de conservação, a justificação da verificação dos requisitos que permitiram a comprovação da identificação da contraparte após o estabelecimento da relação de negócio.

A identificação da contraparte – Pessoas Singulares – e dos respetivos representantes é efetuada, mediante recolha e registo dos seguintes elementos:

	Pessoas Singulares	Documentação
1	Fotografia	Documentos de identificação válido
2	Nome completo	Documentos de identificação válido
3	Assinatura	Documentos de identificação válido
4	Data de nascimento	Documentos de identificação válido
5	Nacionalidade constante do documento de identificação	Documentos de identificação válido
6	Tipo, número, data de validade e entidade emitente do documento de identificação	Documentos de identificação válido

7	Número de identificação fiscal ou, quando não disponha de número de identificação fiscal, o número equivalente emitido por autoridade estrangeira competente	Cópia de documento oficial
8	Profissão e entidade patronal, quando existam	Declaração
9	Endereço completo da residência permanente e, quando diverso, do domicílio fiscal	Comprovativo da morada
10	Naturalidade	Declaração
11	Outras nacionalidades não constantes do documento de identificação	Declaração
12	Obtenção de informação sobre a finalidade e a natureza pretendida da relação de negócio	Declaração

A comprovação dos dados referidos no número anterior é efetuada pelos seguintes meios, sempre que a contraparte e os respetivos representantes disponham dos elementos necessários para o efeito e manifestem à Sociedade a intenção de recorrer aos mesmos:

- Através da utilização eletrónica do cartão de cidadão com recurso à plataforma de interoperabilidade da administração pública, após autorização do titular dos documentos ou do respetivo representante;
- Através de Chave Móvel Digital;
- Com recurso a plataformas de interoperabilidade entre sistemas de informação emitidos por serviços públicos, nos termos do Regulamento (UE) 910/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014.

Caso não disponham dos meios referidos no parágrafo anterior, a comprovação do documento de identificação é realizada através de:

- Reprodução do original dos documentos de identificação, em suporte físico ou eletrónico;
- Cópia certificada dos mesmos.

Relativamente aos elementos identificativos mencionados dos números 7 ao 11, sempre que os meios de comprovação dos restantes elementos identificativos não os contemplem, a Sociedade procede à recolha dos mesmos através de outros meios complementares admissíveis. No caso de risco “Reduzido” poderá ser por autodeclaração via KYC (desde que preenchida pelo próprio), no caso de risco “Moderado” poderá ser via documento emitido por fonte independente e credível e no caso de risco “Elevado” cópia certificada/autenticada, em linha com o n.º 7 do Art. 25º da LBCFT.

Sempre que os suportes comprovativos, referentes a quaisquer elementos identificativos, apresentado à Sociedade ofereçam dúvidas quanto ao seu teor ou à sua idoneidade, autenticidade, atualidade, exatidão ou suficiência, o Responsável pelo Departamento de *Compliance* promove as diligências adequadas à cabal comprovação dos elementos identificativos em causa (a título de exemplo, poderá solicitar documentos certificados).

A identificação da contraparte – Pessoas Coletivas – e dos respetivos representantes é efetuada, mediante recolha e registo dos seguintes elementos:

	Pessoas Coletivas ²	Documentação
1	Denominação ou firma	Cartão de identificação da pessoa coletiva e certidão do registo comercial ou no caso de entidade com sede social situada fora do território nacional, de documento equivalente emitido por fonte independente e credível

² Ou de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica.

2	Objeto	Cartão de identificação da pessoa coletiva e certidão do registo comercial ou no caso de entidade com sede social situada fora do território nacional, de documento equivalente emitido por fonte independente e credível
3	Morada completa da sede social e, quando aplicável, da sucursal ou do estabelecimento estável, bem como, quando diversa, qualquer outra morada dos principais locais de exercício da atividade	Cartão de identificação da pessoa coletiva e certidão do registo comercial ou no caso de entidade com sede social situada fora do território nacional, de documento equivalente emitido por fonte independente e credível
4	Número de identificação de pessoa coletiva ou, quando não exista, número equivalente emitido por autoridade estrangeira competente	Cartão de identificação da pessoa coletiva e certidão do registo comercial ou no caso de entidade com sede social situada fora do território nacional, de documento equivalente emitido por fonte independente e credível
5	Identidade dos titulares de participações no capital e nos direitos de voto de valor igual ou superior a 5%	Declaração
6	Identidade dos titulares do órgão de administração ou órgão equivalente, bem como de outros quadros superiores relevantes com poderes de gestão;	Declaração
7	País de constituição	Declaração
8	Código CAE (Classificação das Atividades Económicas), código do setor institucional ou outro código de natureza semelhante, quando exista	Declaração
9	Obtenção de informação sobre a finalidade e a natureza pretendida da relação de negócio	Declaração

A comprovação do (i) cartão de identificação da pessoa coletiva; (ii) certidão do registo comercial (ou no caso de entidade com sede social situada fora do território nacional, de documento equivalente emitido por fonte independente e credível) é efetuada mediante o recurso a plataformas de interoperabilidade entre sistemas de informação emitidos por serviços públicos ou através de qualquer dos meios de comprovação previstos neste documento.

Relativamente aos elementos identificativos mencionados dos números 5 ao 8, sempre que os meios de comprovação dos restantes elementos identificativos não os contemplem, a Sociedade procede à recolha dos mesmos através de outros meios complementares admissíveis. No caso de risco “Reduzido” poderá ser por autodeclaração via KYC, no caso de risco “Moderado” poderá ser via documento emitido por fonte independente e credível e no caso de risco “Elevado” cópia certificada/autenticada, em linha com o n.º 7 do Art. 25º da LBCFT.

No âmbito da realização dos procedimentos complementares de diligência, e para efeitos da análise de riscos da Contraparte/Operação, a Sociedade procede ainda à recolha de informação relativamente à finalidade e à natureza pretendida da relação de negócio, transação ocasional ou operação.

Termos Gerais dos Meios de Comprovação

Os meios comprovativos recolhidos pela Sociedade no âmbito de anteriores processos de identificação podem ser utilizados em processos posteriores, desde que os mesmos se mantenham atualizados, de acordo com o disposto no artigo 40.º da LBCFT.

Sempre que os suportes comprovativos, referentes a quaisquer elementos identificativos, apresentado à Sociedade ofereçam dúvidas quanto ao seu teor ou à sua idoneidade, autenticidade, atualidade, exatidão ou suficiência, o Responsável pelo Departamento de Compliance promove as

diligências adequadas à cabal comprovação dos elementos identificativos em causa (a título de exemplo, poderá solicitar documentos certificados).

No caso dos representantes das Contrapartes, a Sociedade verifica igualmente o documento que habilita tais pessoas a agir em representação das mesmas bem como recolhe cópia simples, em suporte físico ou eletrónico, do documento habilitante referido.

Pessoa Exposta Politicamente (PEP)

No âmbito das relações de negócio ou transações ocasionais com Contrapartes, seus representantes ou beneficiários efetivos que sejam pessoas politicamente expostas, a Sociedade, em complemento aos procedimentos normais de KYC:

- a) Deteta a qualidade de PEP (através de entidade externa contratada para o efeito) adquirida em momento anterior ou posterior ao estabelecimento da relação de negócio ou à realização da transação ocasional, com base em sistema informático preparado para o efeito;
- b) Assegura a intervenção de um membro do Conselho de Administração, nomeadamente o Administrador Responsável para aprovação:
 - i. Do estabelecimento de relações de negócio ou da execução de transações ocasionais;
 - ii. Da continuidade das relações de negócio em que a aquisição da qualidade de PEP seja posterior ao estabelecimento da relação de negócio.
- c) Adota as medidas necessárias para conhecer e comprovar a origem do património e dos fundos envolvidos nas relações de negócio, nas transações ocasionais ou nas operações em geral, de acordo com os meios de comprovação previstos no **Anexo II**, para o efeito entendendo-se por:
 - i. “Património”, a totalidade dos ativos que compõem as fontes de riqueza do PEP;
 - ii. “Fundos”, os montantes ou ativos concretamente afetos à relação de negócio estabelecida, à transação ocasional ou à operação efetuada com o PEP.
- d) Monitoriza em permanência e de forma reforçada as relações de negócio (p.e. através da realização de pesquisas sobre informação adversa com maior frequência, nomeadamente seis meses), tendo particularmente em vista identificar eventuais operações que devam ser objeto de comunicação, quando seja identificado um risco acrescido de BCFT.
- e) Aplica as medidas previstas nas alíneas anteriores, mesmo a quem tenha deixado de ser PEP, bem como a membros próximos da família e pessoas reconhecidas como estreitamente associadas.
- f) O acima disposto não prejudica a adoção de outras medidas reforçadas ou a intensificação das medidas a que se referem as alíneas b) a d) acima identificadas, sempre que o concreto risco acrescido da relação de negócio ou da transação ocasional assim o justifique.

São aplicáveis as medidas previstas nas alíneas anteriores a quem, tendo deixado de deter a qualidade de PEP, continue a representar um risco acrescido de BCFT, devido ao seu perfil ou à natureza das operações desenvolvidas.

O regime constante dos pontos anteriores é aplicável às relações de negócio ou transações ocasionais com contrapartes, seus representantes ou beneficiários efetivos que sejam:

- a) Membros próximos da família e pessoas reconhecidas como estreitamente associadas;
- b) Titulares de outros cargos políticos ou públicos.

O cumprimento do disposto nas alíneas b) a d) acima identificadas é apenas exigível nas relações de negócio e transações ocasionais com titulares de outros cargos políticos ou públicos em que seja identificado um risco acrescido de BCFT (risco de operação considerado Elevado).

Contratação à Distância

Nos casos em que o estabelecimento da relação de negócio tenha lugar sem que a contraparte ou o seu representante estejam fisicamente presentes, a comprovação dos documentos de identificação é efetuada através dos seguintes meios:

- a) No caso das pessoas singulares, nos termos previstos nos números 2 a 4 do referido artigo 25.º da LBCFT;
- b) No caso das pessoas coletivas ou centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica, nos termos previstos no n.º 6 do mesmo artigo.

Em complemento, as entidades obrigadas adotam as demais medidas reforçadas que igualmente se mostrem necessárias a fazer face ao risco concreto identificado, designadamente a realização de diligências adicionais para comprovação da informação obtida ou a exigibilidade da realização do primeiro pagamento relativo a uma dada operação através de meio rastreável com origem em conta de pagamento aberta pela contraparte junto de entidade financeira ou outra legalmente habilitada que, não se situando em país terceiro de risco elevado, comprovadamente aplique medidas de identificação e diligência equivalentes.

Medidas de Diligência Reforçada

Na análise dos riscos de BCFT que devem motivar a adoção de medidas reforçadas, a Sociedade pondera especialmente as seguintes situações (que se encontram previstas no Modelo de Aferição do Risco de Operações/Contrapartes):

- a) As situações indicativas de risco potencialmente mais elevado enumeradas no Anexo IV do presente Manual (correspondentes ao Anexo III da LBCFT);
- b) Outras situações indicativas de risco potencialmente mais elevado que venham a ser identificadas pelas autoridades setoriais competentes, nomeadamente as situações indicadas no **Anexo V** (correspondentes ao Ofício 2020/8688 da CMVM).

O modelo de aferição/graduação do risco considera os fatores elencados na LBCFT, bem como nos Ofícios da CMVM, sendo que no caso dos PEPs, contratação à distância e países terceiros e risco elevado, o risco é definido automaticamente como “elevado” independentemente da avaliação dos restantes critérios tal como definido pela Lei.

Sempre que o perfil de risco da contraparte seja Elevado, o Responsável pelo Departamento de *Compliance*, deve adotar as seguintes medidas de diligência reforçada enunciadas:

- a) A obtenção de informação adicional sobre as Contrapartes, os seus representantes ou os beneficiários efetivos, bem como sobre as operações planeadas ou realizadas;
- b) A realização de diligências adicionais para comprovação da informação obtida (para informação que o legislador/regulador não prevê meio de comprovação específico, deve pelo menos ser obtido documento emitido por fonte idónea e independente. Nos casos em que o legislador prevê o meio de comprovação, a sua comprovação deve ser feita com recurso a cópia certificada);
- c) A aprovação formal por escrito do Administrador Responsável para autorização do estabelecimento de relações de negócio, da execução de transações ocasionais ou da realização de operações em geral;
- d) A exigibilidade da realização do primeiro pagamento relativo a uma dada operação através de meio rastreável com origem em conta de pagamento aberta pela contraparte junto de entidade financeira ou outra legalmente habilitada que, não se situando em país terceiro de risco elevado, comprovadamente aplique medidas de identificação e diligência equivalentes.
- e) A intensificação da profundidade ou da frequência dos procedimentos de monitorização da relação de negócio ou de determinadas operações ou conjunto de operações, tendo em vista a deteção de eventuais indicadores de suspeição e o subsequente cumprimento do dever de comunicação;

- f) A redução dos intervalos temporais para atualização da informação e demais elementos recolhidos no exercício do dever de identificação e diligência, operando uma periodicidade anual para os procedimentos de atualização referentes às Contrapartes de risco elevado;
- g) A monitorização do acompanhamento da relação de negócio pelo Responsável pelo Departamento de *Compliance*.

4.16.1. A adoção das medidas acima listadas não prejudica a adoção de outras que se mostrem necessárias para fazer face ao risco concreto identificado.

A Sociedade adota medidas reforçadas eficazes e proporcionais aos riscos existentes sempre que estabeleça relações de negócio, realize transações ocasionais, efetue operações ou de algum outro modo se relacione com países terceiros de risco elevado.

Quando as Contrapartes fiquem sujeitas a medidas reforçadas, a Sociedade adota, pelo menos, as medidas elencadas nas alíneas a) a f) *supra*, e, sempre que o risco concreto identificado o justifique, a medida prevista na alínea g) do mesmo número.

Medidas de Diligência Simplificada

A Sociedade poderá adotar, mediante parecer do Responsável pelo Departamento de *Compliance*, medidas de diligência simplificadas, nos casos em que a contraparte tenha um perfil de risco Reduzido.

A adoção de medidas simplificadas nunca pode ter lugar em qualquer das seguintes situações:

- a) Quando existam suspeitas de BCFT;
- b) Quando devam ser adotadas medidas reforçadas de identificação ou diligência;
- c) Sempre que tal seja determinado pela CMVM.

Medidas Simplificadas
A verificação da identificação da contraparte e do beneficiário efetivo após o estabelecimento da relação de negócio .em conformidade com o previsto nos pontos do Capítulo 4.16.
A redução da frequência das atualizações dos elementos recolhidos no cumprimento do dever de identificação e diligência para 5 anos .em conformidade com o previsto no Capítulo 4.17.
A redução da intensidade do acompanhamento contínuo e da profundidade da análise das operações, quando os montantes envolvidos nas mesmas são de valor baixo (ou seja, 1% do <i>revenue</i> anual da SGOIC com referência ao ano anterior. No primeiro ano deve ser calculado 1% sobre o <i>business plan</i> visto não existir histórico).
A ausência de recolha de informações específicas e a não execução de medidas específicas que permitam compreender o objeto e a natureza da relação de negócio, quando seja razoável inferir o objeto e a natureza do tipo de transação efetuada ou relação de negócio estabelecida.

A aplicação de medidas simplificadas não dispensa a Sociedade de acompanhar as operações e relações de negócio de modo a permitir a deteção de operações não habituais ou suspeitas.

A aplicação das medidas simplificadas cessa imediatamente quando a Sociedade tome conhecimento de qualquer elemento caracterizador de suspeição ou de qualquer outra circunstância suscetível de elevar o risco.

Beneficiário Efetivo

A Sociedade, no âmbito do dever de identificação e diligência aqui previsto, está também obrigada a identificar os beneficiários efetivos, desde logo, mediante a recolha dos elementos identificativos previstos no **Anexo II**, antes do estabelecimento da relação de negócio ou da realização de qualquer transação ocasional.

Os critérios para aferição do beneficiário efetivo encontram-se detalhados no **Anexo VI**.

Aferição do Beneficiário Efetivo

A Sociedade procede à aferição do beneficiário efetivo através de qualquer documento, medida ou diligência considerados idóneos e suficientes, em função do risco concreto identificado, recorrendo quando aplicável ao disposto quanto à identificação das contrapartes. Assim sendo, os meios aceites são os seguintes consoante o nível de risco associado à operação:

- a) Risco reduzido: preenchimento dos campos específicos de identificação dos beneficiários efetivos (conforme Anexo II) e obtenção do RCBE (ou equivalente);
- b) Risco moderado: preenchimento dos campos específicos de identificação dos beneficiários efetivos (conforme Anexo II). Juntamente com o RCBE, deverá também solicitar-se documentação complementar que comprove os dados e a informação que constam no KYC e no RCBE (p.e. documento de prestação de contas);
- c) Risco elevado: preenchimento dos campos específicos de identificação dos beneficiários efetivos (conforme Anexo II) e a título de exemplo, poderá solicitar-se a apresentação de documento certificado que comprove a informação constante do KYC e RCBE.

No caso dos fundos fiduciários (*trusts*) ou de outros centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica de natureza análoga, cujos beneficiários sejam definidos em função de características ou categorias específicas, a Sociedade obtém informações suficientes sobre esses beneficiários, nomeadamente através dos meios acima dispostos, de modo a garantir que estão em condições de dar integral cumprimento ao disposto na presente divisão relativamente aos mesmos, no momento do pagamento ou do exercício dos seus direitos adquiridos.

Não obstante, no âmbito da aferição da qualidade de beneficiário efetivo, a Sociedade adota medidas razoáveis e baseadas no risco para compreender a estrutura de propriedade e controlo da Contraparte, incluindo a recolha de documentos, dados ou informações fiáveis sobre a cadeia de participações ou de controlo, por exemplo:

- a) Risco reduzido: obtenção de auto-declaração da estrutura de controlo através de KYC;
- b) Risco moderado: obtenção de documentação que comprove a informação constante do KYC (p.e. documento de prestação de contas);
- c) Risco elevado: obtenção de documento certificado que comprove a informação constante do KYC (p.e. certidão permanente).

Identificação do Beneficiário Efetivo

A Sociedade recolhe, pelo menos, os elementos identificativos previstos supra para pessoa singular, relativamente aos beneficiários efetivos da Contraparte, utilizando para o efeito o formulário constante no **Anexo II**.

A CMVM, no seu Regulamento nº 2/2020, permite que os elementos identificativos dos beneficiários efetivos das suas contrapartes sejam comprovados por mera declaração escrita destes, ou de quem legalmente os represente, quando se verifique um risco baixo de BCFT em função da verificação cumulativa de, pelo menos, os seguintes requisitos:

- a) A contraparte tenha uma estrutura de controlo simples e transparente (p.e. em que é facilmente identificável o seu beneficiário efetivo);
- b) A contraparte e os seus beneficiários efetivos estejam estabelecidos, ou tenham domicílio em localizações geográficas referidas no n.º 3 do Anexo II à LBCFT;
- c) As atividades económicas desenvolvidas pela contraparte e os montantes associados sejam consentâneos com a relação de negócio ou transação ocasional projetada;
- d) As informações disponibilizadas pela contraparte, designadamente em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 33.º da LBCFT não indiciarem a existência de incorreções ou inexatidões e sejam conformes à informação constante do Registo Central do Beneficiário Efetivo, quando a este a contraparte se encontre sujeita.

A Sociedade pode ainda aceitar a comprovação dos elementos identificativos dos beneficiários efetivos nos termos referidos acima quando a contraparte se encontre sujeito a supervisão da CMVM, do Banco de Portugal ou da Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões, ou autoridades de supervisão equivalentes de Estados-Membros da União Europeia.

No entanto, a Sociedade procede de imediato à comprovação dos elementos identificativos com base em documentos, dados ou informações de fonte independente e credível ou de acordo com o artigo 25.º da LBCFT (meios de comprovação descritos no Ponto 4.16), caso se verifique qualquer indício subsequente de agravamento de risco de BCFT relativo a estas contrapartes que comprovaram os elementos de identificação dos seus beneficiários efetivos.

A Sociedade procede também à comprovação dos elementos identificativos dos beneficiários efetivos das suas Contrapartes nos termos do artigo 25.º da LBCFT quando:

- a) A contraparte, os seus beneficiários efetivos, a relação de negócio ou operação representem um risco acrescido de BCFT, nesta classificação deve ser especialmente ponderado, pelo menos, as situações indicativas de risco potencialmente mais elevado previstas no Anexo IV deste Manual (correspondente ao Anexo III da LBCFT), assim como quaisquer outras constantes no regulamento setorial; ou,
- b) A qualidade de beneficiário ou beneficiários efetivos resulte do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 30.º da LBCFT, relativamente a considerar a pessoa ou pessoas singulares que detêm a direção de topo, se, depois de esgotados todos os meios possíveis e na condição de não haver motivos de suspeita: i) não tiver sido identificada nenhuma pessoa nos termos referidos inicialmente na LBCFT ou ii) subsistirem dúvidas de que a pessoa ou pessoas identificadas sejam os beneficiários efetivos;
- c) Aqueles que atuem como administradores fiduciários (*trustees*) ou exerçam função similar em fundos fiduciários explícitos (*express trusts*) ou em centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica com estrutura ou funções análogas.
- d) Surjam dúvidas sobre os elementos apresentados pela contraparte, ou seu legal representante, relativamente aos seus beneficiários efetivos;
- e) Os beneficiários efetivos identificados pela contraparte sejam diferentes daqueles constantes do Registo Central do Beneficiário Efetivo, quando a este a contraparte se encontre sujeita;
- f) Exista uma estrutura de controlo opaca e complexa até ao beneficiário efetivo;
- g) A contraparte, sociedades ou centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica existentes na sua cadeia de controlo se encontrem domiciliados em jurisdições offshore ou de risco em matéria de prevenção e combate ao BCFT;
- h) A contraparte ou sociedades existentes na sua cadeia de controlo apresentem características de um veículo para fins especiais.

O Responsável pelo Departamento de *Compliance* deve consultar o registo central do beneficiário efetivo junto do Instituto dos Registos e Notariado – IRN (sempre que a contraparte, nos termos da referida legislação específica, esteja obrigado a registar os seus beneficiários efetivos em território nacional) para confirmar a informação facultada, bem como, sendo caso disso, para proceder à comunicação, nos termos a estabelecer por este Instituto, de quaisquer desconformidades entre a informação constante do registo e a que resultou do cumprimento dos deveres previstos na LBCFT.

Esta consulta é realizada com periodicidade adequada aos riscos concretos identificados no presente Manual e, pelo menos, sempre que a Sociedade efetue, atualize ou repita os procedimentos de identificação e diligência previstos na lei.

É recolhida prova das informações constantes do registo central do beneficiário efetivo ou um excerto do registo. Esta prova juntamente com a redução a escrito de todas as ações destinadas a aferir a qualidade de beneficiário efetivo devem ser conservadas juntamente com a restante

informação recolhida a título de cumprimento dos procedimentos de identificação e diligência de acordo com o presente Manual.

Importa, igualmente, referir que o estabelecimento ou o prosseguimento da relação de negócio, ou a realização da transação ocasional, depende da verificação do cumprimento da obrigação de registo, mediante consulta ao registo central do beneficiário efetivo, quando a obrigação de registo seja devida nos termos da legislação especial.

No caso de Contrapartes que sejam pessoas coletivas ou centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica cujos beneficiários efetivos, de acordo com a legislação especial, não sejam objeto de registo em território nacional, a Sociedade, a Sociedade obtém da Contraparte uma declaração escrita com indicação da justificação legal para a não sujeição a registo ou, sempre que aplicável, as informações constantes de registo central de beneficiários efetivos ou de mecanismo equivalente estabelecido noutras jurisdições, quando o acesso pela Sociedade a tais mecanismos não seja possível ou não possa ser efetuado em tempo útil.

Quando a entidade não se encontra sujeita ao RCBE, são aceites como meios de comprovação no âmbito de aferição dos BEFs, os seguintes meios:

- a) Certidão permanente atualizada no caso das sociedades de responsabilidade limitada;
- b) Documentação oficial da empresa, na qual seja detalhada a estrutura acionista da contraparte, incluindo nomes e percentagens de detenção;
- c) Declaração escrita e assinada da contraparte nos casos em que o risco associado à operação assim o permita.

Manutenção/Acompanhamento Contínuo de uma Relação de Negócio

A Sociedade procede à manutenção de um acompanhamento contínuo da relação de negócio, a fim de assegurar que as operações realizadas no decurso dessa relação são consentâneas com o conhecimento que a Sociedade tem das atividades e do perfil de risco da Contraparte e, sempre que necessário, da origem e do destino dos fundos movimentados.

4.17. ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A Sociedade efetua diligências e procedimentos periódicos com o objetivo de assegurar a atualidade, a exatidão e a completude da informação obtida:

- a) Anualmente para Contrapartes de risco Elevado;
- b) A cada 3 anos para Contrapartes de risco Moderado; e
- c) A cada 5 anos para Contrapartes de risco Reduzido.

Sem prejuízo dos prazos indicados no parágrafo anterior, a informação deve ser atualizada, sempre que existam razões para duvidar da sua veracidade, exatidão ou atualidade ou tenham suspeitas de práticas relacionadas com o BCFT.

A Sociedade deve proceder à revisão/atualização do formulário KYC bem como proceder à recolha dos respetivos meios comprovativos nos seguintes casos:

- a) Nos casos em que se trate de uma relação de negócio e na periodicidade estabelecida no primeiro parágrafo permitindo um acompanhamento contínuo da relação de negócio;
- b) Sempre que ocorra uma alteração nas circunstâncias da relação de negócio ou em alguns dos elementos da contraparte (atividade, estrutura de propriedade, etc.);
- c) Revisão ad hoc sempre tenham razões para duvidar da veracidade, exatidão ou atualidade da informação prestada;

- d) Revisão *ad hoc* sempre que existam situações suspeitas práticas relacionadas com BCFT.

As atualizações do KYC devem incluir pelo menos o seguinte:

- a) Nova avaliação de risco de BCFT;
- b) Filtragem de nomes por forma a detetar qualidades (PEPs e sancionados) adquiridas de forma superveniente, bem como a existência de adverse media;
- c) Verificação e registo da existência, ou não, de alterações, nomeadamente à atividade da contraparte e respetiva estrutura de propriedade, de alterações relativamente à relação de negócio com a Sociedade, alterações a respeito do risco reputacional associado à Contraparte, análise quanto à adequação do nível de risco previamente atribuído;
- d) Por mera declaração ou através da consulta da certidão permanente e do RCBE (assumindo-se que se solicitou os códigos de acesso no início da relação) por forma a verificar a atualidade dos membros do órgão de administração e dos beneficiários efetivos;
- e) Verificação e registo da existência, ou não, de alterações, da origem e do destino dos fundos movimentados.

A Sociedade avalia a atualidade dos pressupostos de identificação dos beneficiários efetivos por mera declaração.

No que diz respeito à aferição dos beneficiários efetivos, devem ser realizadas consultas com periodicidade adequada aos riscos concretos identificados e, pelo menos, sempre que efetuem, atualizem ou repitam os procedimentos de identificação e diligência.

A comprovação documental da informação a atualizar pode ser efetuada por cópia simples, devendo, contudo, a Sociedade solicitar a apresentação de documentos originais, em suporte físico ou eletrónico, ou cópias certificadas dos mesmos, ou, em alternativa, obter informação eletrónica com valor equivalente, sempre que:

- a) A informação em causa nunca tenha sido objeto de qualquer comprovação anterior, nos termos previstos no Ponto 4.16, em particular no que diz respeito à identificação de Pessoa Singular, identificação de Pessoa Coletiva e termos gerais dos meios de comprovação;
- b) Os elementos disponibilizados pela contraparte para a atualização dos dados ofereçam dúvidas;
- c) As diligências de atualização forem desencadeadas por suspeitas de BCFT;
- d) Tal decorra do risco concreto identificado (Elevado) ou de outra circunstância considerada relevante pela Sociedade ou pela respetiva autoridade setorial.

4.18. DEVER DE COMUNICAÇÃO

Comunicação de Operações Suspeitas

Quaisquer operações suspeitas de estarem relacionadas com BCFT comunicadas ao Responsável pelo Departamento de *Compliance* deverão, por sua vez, ser comunicadas por este ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal da Procuradoria-Geral da República e à Unidade de Informação Financeira sempre que a Sociedade saiba, suspeite ou tenha razões suficientes para suspeitar que certos fundos ou outros bens, independentemente do montante ou valor envolvido, provêm de atividades criminosas ou estão relacionados com o financiamento do terrorismo.

A Sociedade comunica todas as operações que lhes sejam propostas, bem como quaisquer operações tentadas, que estejam em curso ou que tenham sido executadas.

Os colaboradores da Sociedade que identifiquem uma operação/transação suspeita devem elaborar um documento escrito objetivo da sua análise (que inclua, pelo menos, i) a identificação da contraparte; ii) o descritivo da operação; iii) os fatores de suspeita; iv) outra informação considerada relevante no âmbito da operação) e dar conhecimento ao Responsável pelo Departamento de Compliance utilizando para o efeito o Canal de Relato e de Comunicação Interna, assegurando assim que a circulação da informação relacionada com operações suspeitas se processe de forma simples e ágil, reduzindo ao mínimo possível o número de intervenientes no circuito de transmissão da mesma.

O Responsável pelo Departamento de *Compliance*, que tem acesso irrestrito a toda a informação e documentos relevantes para efeitos de prevenção do BCFT, é o responsável por decidir acerca da comunicação ao DCIAP e a UIF, através do preenchimento de um formulário de COS que contenha pelo menos a seguinte informação mínima:

- a) A identificação das pessoas singulares e coletivas direta ou indiretamente envolvidas e que sejam do conhecimento da Sociedade, bem como a informação conhecida sobre a atividade das mesmas;
- b) Os procedimentos de averiguação e análise promovidos pela Sociedade no caso concreto;
- c) Os elementos caracterizadores e descritivos das operações;
- d) Os fatores de suspeita concretamente identificados pela Sociedade;
- e) Cópia da documentação de suporte da averiguação e da análise promovida pela Sociedade.

No que se refere às comunicações de operações suspeitas, as mesmas são efetuadas através dos canais de comunicação externos definidos pelas autoridades destinatárias da informação e nos termos por elas estabelecidos, através, por exemplo, de carta registada com aviso de receção, pelos meios judiciais adequados à participação em causa, ou através de email para os seguintes endereços eletrónicos:

- a) uif.comunicacoes@pj.pt, relativo à UIF;
- b) uai.dciap@pgr.pt, relativo ao DCIAP.

A promoção de procedimentos de exame mais complexo ou aprofundado das operações consideradas suspeitas não deve prejudicar a realização da comunicação das mesmas em tempo útil. As comunicações são efetuadas logo que se conclua que a operação é suspeita, preferencialmente logo que tais operações sejam propostas.

Por seu turno, a decisão de não comunicação será aprovada pelo Conselho de Administração.

O Responsável pelo Departamento de *Compliance* conserva, por um período de 7 anos (nos termos previstos no n.º 3 do artigo 43.º e do disposto no artigo 51.º da LBCFT) em pasta eletrónica cópias das comunicações efetuadas ao abrigo do presente ponto devendo permitir, quando solicitado, o acesso à informação por parte da Unidade de Informação Financeira e pelas autoridades judiciárias, policiais, setoriais e pela Autoridade Tributária e Aduaneira. O disposto neste ponto não prejudica a prestação de qualquer outra informação de forma periódica ou sistemática, com base no disposto no dever de colaboração.

A Sociedade garante que a confidencialidade da identidade dos colaboradores que disponibilizam a informação é sempre assegurada perante: i) as contrapartes e quaisquer outros terceiros, mas também perante ii) os demais colaboradores da Sociedade que não intervenham no processo de cumprimento dos deveres de comunicação, abstenção e colaboração.

Outras Comunicações

No âmbito da comunicação sistemática de operações (de ora em diante “CSO”), o Responsável pelo Departamento de *Compliance* comunica ainda, numa base sistemática, ao DCIAP e à Unidade de Informação Financeira quaisquer tipologias de operações que venham a ser definidas através de portaria do ministro responsável pela área da justiça, a qual define igualmente a forma, o prazo, o conteúdo e os demais termos das comunicações.

O Responsável pelo Departamento de *Compliance* conserva, nos termos previstos no dever de conservação, cópias das comunicações efetuadas ao abrigo do presente ponto e colocam-nas, em permanência, à disposição das autoridades setoriais.

O disposto neste ponto não prejudica a prestação de qualquer outra informação de forma periódica ou sistemática, com base no disposto no dever de colaboração.

São igualmente previstos deveres periódicos de reporte, à CMVM, uma vez que os mesmos são essenciais para o exercício da supervisão da CMVM, mas também para que a CMVM possa cumprir com as suas obrigações, perante organizações nacionais e internacionais designadamente o FAFT/GAFI.

Neste âmbito, o Responsável pelo Departamento de *Compliance* elabora e remete anualmente à CMVM a informação prevista no Anexo I ao Regulamento 2/2020, até ao dia 28 de fevereiro de cada ano, por referência ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro do ano anterior.

4.19. DEVER DE ABSTENÇÃO

O Conselho de Administração da Sociedade não deliberará, nem permitirá, a execução de qualquer operação ou conjunto de operações, presentes ou futuras, que saiba ou que suspeite poder estar associadas a fundos ou outros bens provenientes ou relacionados com a prática de atividades criminosas ou com o financiamento do terrorismo.

Nestes casos, o Responsável pelo Departamento de *Compliance* procede de imediato à respetiva comunicação nos termos número 17, informando adicionalmente a DCIAP e a Unidade de Informação Financeira que se absteve de executar uma operação ou conjunto de operações, nos termos do artigo 47.º da LBCFT.

A Unidade de Informação Financeira, no prazo de três dias úteis a contar do recebimento das comunicações previstas, pronuncia-se sobre as mesmas, remetendo ao DCIAP a informação apurada.

Caso o Administrador Responsável pelo sistema de prevenção de BCFT considere que:

- a) a abstenção não é exequível; ou
- b) que, após consulta ao DCIAP e à Unidade de Informação Financeira, é suscetível de prejudicar a prevenção ou a futura investigação das atividades criminosas de que provenham fundos ou outros bens, do BCFT, as operações podem ser realizadas, ficando o Responsável pelo Departamento de Compliance obrigado a comunicar ao DCIAP e à Unidade de Informação Financeira, de imediato, as informações respeitantes às operações.

A Sociedade pode executar as operações relativamente às quais tenha exercido o dever de abstenção, nos seguintes casos:

- a) Quando não seja notificada, no prazo de sete dias úteis a contar da comunicação ao DCIAP e à Unidade de Informação Financeira, da decisão de suspensão temporária;
- b) Quando seja notificada, dentro do prazo referido na alínea anterior, da decisão do DCIAP de não determinar a suspensão temporária, podendo as mesmas ser executadas de imediato.

O Responsável pelo Departamento de Compliance faz constar em relatório:

- a) As razões para a impossibilidade do exercício do dever de abstenção;
- b) As referências à realização das consultas ao DCIAP e à Unidade de Informação Financeira, com indicação das datas de contacto e dos meios utilizados.

O relatório referido no número anterior é arquivado, por um período de sete anos, em área restrita protegida por *password*, devendo permitir, quando solicitado, o acesso à informação por parte da Unidade de Informação Financeira e pelas autoridades judiciárias, policiais, setoriais e pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

4.20. DEVER DE RECUSA

A Sociedade recusará iniciar relações de negócio, realizar transações ocasionais ou efetuar outras operações com Contrapartes, (pessoas singulares, coletivas ou centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica) nem manterá uma relação de negócio quando:

- a) Não forem facultados elementos de identificação e os respetivos meios comprovativos previstos para a identificação e verificação da identidade da contraparte, do seu representante e do beneficiário efetivo, incluindo a informação para a aferição da qualidade de beneficiário efetivo e da estrutura de propriedade e de controlo da contraparte;
- b) Não for fornecida informação sobre a finalidade e a natureza pretendida da relação de negócio;
- c) Não for fornecida informação sobre a origem e o destino dos fundos movimentados no âmbito de uma relação de negócio ou na realização de uma transação ocasional, quando o perfil de risco da contraparte ou as características da operação o justifiquem.

Nos casos, em que não seja possível atualizar a informação, nos termos previstos neste Manual, a relação com as contrapartes deverá ser terminada.

Nos casos em que seja recusada uma Contraparte, nos termos dos parágrafos anteriores, o Responsável pelo Departamento de *Compliance* deverá elaborar relatório do qual conste, pelo menos:

- a) a identificação da contraparte;
- b) se aplicável, a indicação da potencial transação; e
- c) os fundamentos para a recusa;
- d) as conclusões que sustentam as análises relativas às possíveis razões para a não obtenção dos elementos de identificação, dos meios ou da informação;
- e) as possíveis razões para a impossibilidade do cumprimento dos procedimentos de identificação e diligência, incluindo os procedimentos de atualização;
- f) as conclusões que fundamentam a decisão de pôr termo à relação de negócio efetuadas pelo Responsável pelo Departamento de *Compliance*, quando o risco de BCFT concretamente identificado não possa ser gerido de outro modo; e
- g) a referência à realização de consultas prévias às autoridades judiciárias ou policiais competentes, sempre que a Sociedade tenha razões para considerar que a cessação da relação de negócio é suscetível de prejudicar uma investigação, incluindo a indicação das respetivas datas e dos meios de comunicação utilizados.

Nas situações suprarreferidas, e após análise das possíveis razões para a não obtenção dos elementos, dos meios ou da informação e, sempre que se verifiquem os respetivos pressupostos, o Responsável pelo Departamento de *Compliance* efetua a COS.

Este relatório é arquivado, por um período de sete anos, em área restrita protegida por password, devendo permitir, quando solicitado, o acesso à informação por parte da Unidade de Informação Financeira e pelas autoridades judiciárias, policiais, setoriais e pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Relativamente à restituição de bens no âmbito do dever de recusa, verificando-se uma situação que obrigue à restituição de instrumentos financeiros e outros ativos, a Sociedade deve informar previamente o DCIAP e a Unidade de Informação Financeira para estas, querendo, se pronunciarem sobre as diligências a adotar pela Sociedade.

Não se pronunciando estas entidades no prazo de 6 dias úteis, a Sociedade deve proceder à restituição de instrumentos financeiros e outros ativos através de contas abertas junto de intermediário financeiro, sujeito a deveres equivalentes aos da LBCFT, indicado pela contraparte no prazo máximo de 30 dias.

Logo que a Sociedade decida pôr termo à relação de negócio com a contraparte, deve adotar todos os procedimentos para impedir qualquer ato de disposição sobre os instrumentos financeiros ou outros ativos até à sua transferência.

4.21. DEVER DE CONSERVAÇÃO

A Sociedade conserva, por um período de 7 (sete) anos, após o termo da relação de negócio:

- a) As cópias, registos ou dados eletrónicos extraídos de todos os documentos que obtenham ou lhes sejam disponibilizados pelas contrapartes ou acionistas, no âmbito dos procedimentos de identificação e diligência previstos no presente Manual;
- b) A documentação integrante dos processos ou ficheiros relativos às contrapartes, incluindo a correspondência comercial enviada;
- c) Quaisquer documentos, registos e análises, de foro interno ou externo, que formalizem o cumprimento do disposto no presente Manual e procedimentos associados.

A Sociedade integra na documentação a conservar, quando aplicável, informação sobre a adoção de medidas simplificadas ou de medidas reforçadas e o período de aplicação das mesmas.

O arquivo de documentos digitais deve ser feito em área restrita protegida por *password*.

Caso existam documentos originais, estes devem ser digitalizados e conservados nos termos do parágrafo anterior. Os originais devem ser conservados pelo período referido *supra*, na sede da Sociedade, com acesso limitado ao Diretor de *Compliance* (e respetiva equipa do departamento) e ao Diretor de *Risk & Finance* (Responsáveis pelo Sistema de Controlo Interno).

O arquivo eletrónico desta documentação é realizado em condições que garantem o registo e a preservação dos documentos de forma a permitir a todo o tempo durante o referido período e a sua reconstituição (cada Contraparte deve ser identificada com um número de processo único para o registo informático, permitindo a sua fácil recolha e reconstituição), bem como o acesso imediato, sempre que solicitados pela Unidade de Informação Financeira e pelas autoridades judiciárias, policiais, setoriais e pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Os registos mantidos em cumprimento do dever de conservação devem identificar se as operações realizadas se enquadram no âmbito de uma relação de negócio ou de transação ocasional.

Os originais, cópias, referências ou quaisquer outros suportes duradouros, com idêntica força probatória, dos documentos comprovativos e dos registos das operações devem sempre ser conservados, de modo a permitir a reconstituição das operações, durante um período de sete anos a contar da sua execução, ainda que, no caso de se inserirem numa relação de negócio, esta última já tenha terminado.

Os dados pessoais relativos às contrapartes e operações serão eliminados quando se extinguir a finalidade, ou seja, findo o prazo de conservação de 7 anos (a partir da data do último ato praticado no âmbito de uma transação ocasional ou da data do término de uma relação de negócio).

O disposto não prejudica nem é prejudicado por outras obrigações de conservação que não decorram da LBCFT, designadamente em matéria de meios de prova aplicáveis a investigações e inquéritos criminais ou a processos judiciais e administrativos pendentes.

4.22. DEVER DE EXAME

Sempre que detete a existência de quaisquer condutas, atividades ou operações cujos elementos caracterizadores as tornem suscetíveis de poderem estar relacionadas com fundos ou outros bens que provenham de atividades criminosas ou que estejam relacionados com o financiamento do terrorismo, a Sociedade, através do Responsável pelo Departamento de *Compliance*, examina-as com especial cuidado e atenção, intensificando o grau e a natureza do seu acompanhamento, tendo como resultado final o aumento do nível de risco associado a essa relação de negócio.

De acordo com a legislação, são considerados os seguintes elementos caracterizadores (incorporados no modelo de aferição/graduação do risco da operação), sem prejuízo de outros que se verifiquem no caso concreto:

- a) A natureza, a finalidade, a frequência, a complexidade, a invulgaridade e a atipicidade da conduta, da atividade ou das operações;
- b) A aparente inexistência de um objetivo económico ou de um fim lícito associado à conduta, à atividade ou às operações;
- c) Os montantes, a origem e o destino dos fundos movimentados;
- d) O local de origem e de destino das operações;
- e) Os meios de pagamento utilizados;
- f) A natureza, a atividade, o padrão operativo, a situação económico- financeira e o perfil dos intervenientes;
- g) O tipo de transação, produto, estrutura societária ou centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica que possa favorecer especialmente o anonimato.

A aferição do grau de suspeição de uma conduta, atividade ou operação não pressupõe a existência de qualquer tipo de documentação confirmativa da suspeita, decorrendo antes da apreciação das circunstâncias concretas, à luz dos critérios de diligência exigíveis a um profissional, na análise da situação.

O exercício do dever de exame deverá ser realizado com a necessária prudência junto das entidades relacionadas com a execução de operações potencialmente suspeitas, evitando quaisquer diligências que, por qualquer razão, possam suscitar a suspeição que estão em curso quaisquer procedimentos que visem averiguar suspeitas de práticas relacionadas com o BCFT, conforme previsto no dever de não divulgação mencionado de seguida.

Sempre que, por esta razão, se entenda evitar quaisquer diligências, a operação suspeita deve ser de imediato comunicada, nos termos do dever de comunicação aplicável.

A aferição do grau de suspeição de uma conduta, atividade ou operação não pressupõe a existência de qualquer tipo de documentação confirmativa da suspeita, antes decorrendo da apreciação das circunstâncias concretas, à luz dos critérios de diligência exigíveis a um profissional, na análise da situação.

Após análise do relatório rececionado, e caso assim o decida, o Responsável pelo Departamento de *Compliance* dará cumprimento ao dever de COS, remetendo o Formulário de COS à UIF.

A comunicação das operações suspeitas deverá ser realizada através dos canais descritos no presente Manual.

Através de sistemas de informação adequados, deve ser realizada uma filtragem automática das contrapartes, mediante confronto com listas relevantes para identificação de Entidades e Pessoas Sancionadas, Pessoas Politicamente Expostas, pessoas classificadas por organismos internacionais como terroristas, notícias adversas, e pessoas e/ou entidades indesejadas. A filtragem deve ser realizada para:

- a) Contrapartes;
- b) Representantes legais; e
- c) Beneficiários efetivos.

Sempre que, em resultado do exercício do dever de exame, o Responsável pelo Departamento de *Compliance* decidir não proceder à COS, faz constar de relatório:

- a) Os fundamentos da decisão de não comunicação, incluindo os motivos que sustentam a inexistência de fatores concretos de suspeição;
- b) A referência a quaisquer eventuais contactos informais que, no decurso daquele exame, tenham sido estabelecidos com a Unidade de Informação Financeira e com as autoridades judiciárias e policiais, com indicação das respetivas datas e dos meios de comunicação utilizados.

Os resultados do dever de exame, incluindo o relatório referido no parágrafo anterior, são reduzidos a escrito, conservados numa pasta protegida por *password* e colocados, em permanência, à disposição das autoridades setoriais.

4.23. DEVER DE COLABORAÇÃO

A Sociedade presta, de forma pronta e cabal, a colaboração que lhe for requerida pelo DCIAP e pela Unidade de Informação Financeira, bem como pelas demais autoridades judiciárias e policiais, pelo Banco de Portugal e pela CMVM e pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Em cumprimento do dever de colaboração incumbe à Sociedade, em especial:

- a) Responder, de forma completa, no prazo fixado e através de canal seguro que garanta a integral confidencialidade dos elementos prestados, aos pedidos de informação destinados a determinar se mantém ou mantiveram, nos últimos 10 anos, relações de negócio com uma dada pessoa singular ou coletiva ou centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica, e qual a natureza dessas relações;
- b) O canal seguro consistirá na transmissão eletrónica de ficheiro, protegido por password, sendo a password transmitida por meio distinto (preferencialmente, para o número de telemóvel disponibilizado).
- c) Disponibilizar, de forma completa e no prazo fixado, todas as informações, esclarecimentos, documentos e elementos que lhes sejam requeridos;
- d) Conferir, sempre que requerido e no prazo para o efeito fixado, acesso remoto àquelas informações, documentos e elementos;
- e) Cumprir, nos termos e prazos fixados, quaisquer deveres de comunicação periódicos estabelecidos em regulamentação setorial;

- f) Enviar, de forma completa e nos prazos fixados, quaisquer outras informações requeridas de forma periódica ou sistemática, independentemente da existência de um dever de comunicação;
- g) Colaborar plena e prontamente com as autoridades setoriais no exercício da sua atividade inspetiva, designadamente:
 - i. Abstendo-se de qualquer recusa ou conduta obstrutiva ilegítimas;
 - ii. Facultando a inspeção de quaisquer instalações utilizadas, ainda que por terceiros, para o exercício da sua atividade e serviços conexos;
 - iii. Garantindo acesso direto e facultando o exame de elementos de informação no local, independentemente do respetivo suporte;
 - iv. Facultando cópias, extratos ou traslados de toda a documentação requerida;
 - v. Assegurando a comparência e a plena colaboração de qualquer representante ou colaborador que deva ser ouvido pela autoridade inspetiva, qualquer que seja a natureza do respetivo vínculo;
- h) Cumprir pontualmente, e no prazo fixado, as determinações, ordens ou instruções que lhes sejam dirigidas ao abrigo do disposto na presente lei;
- i) Informar sobre o estado de execução das recomendações que lhes sejam dirigidas ao abrigo do artigo 98.º da LBCFT.

Em caso de uma eventual inspeção, compete ao Responsável pelo Departamento de *Compliance* garantir este Dever de Colaboração, através de:

- a) Colocação de um Colaborador em permanente contacto com a instituição que solicitou a informação/documentos, garantindo assim que aqueles elementos são fornecidos no mais curto espaço de tempo;
- b) Concessão de acesso direto às informações, documentos ou registos, nomeadamente ao sistema informático e arquivos (em suporte de papel ou digital).

4.24. DEVER DE NÃO DIVULGAÇÃO

Os membros dos respetivos órgãos sociais, aqueles que exerçam funções de direção ou de chefia, os seus colaboradores e outras pessoas que lhes prestem serviço a título permanente, temporário ou ocasional, não podem revelar à contraparte ou a terceiros:

- a) Que foram, estão a ser ou irão ser transmitidas as comunicações legalmente devidas, nos termos do disposto na COS, na CSO, no dever de abstenção e no dever de colaboração;
- b) Quaisquer informações relacionadas com aquelas comunicações, independentemente de as mesmas decorrerem de análises internas da Sociedade ou de pedidos efetuados pelas autoridades judiciárias, policiais ou setoriais;
- c) Que se encontra ou possa vir a encontrar-se em curso uma investigação ou inquérito criminal, bem como quaisquer outras investigações, inquéritos, averiguações, análises ou procedimentos legais a conduzir pelas autoridades referidas na alínea anterior;
- d) Quaisquer outras informações ou análises, de foro ou interno ou externo, sempre que disso dependa:
 - i. O cabal exercício das funções conferidas pela LBCFT às entidades obrigadas e às autoridades judiciárias, policiais e setoriais;

- ii. A preservação de quaisquer investigações, inquéritos, averiguações, análises ou procedimentos legais e, no geral, a prevenção, investigação e deteção do BCFT.

Para este efeito, a informação deve ser mantida confidencial, na medida em que a informação apenas circula e é acedida pelas pessoas que tenham de ter conhecimento para o desempenho das suas funções, nomeadamente o Administrador Responsável e o Responsável pelo Departamento de *Compliance* da Sociedade.

De notar que não constitui violação deste dever a divulgação de informações às autoridades setoriais, no âmbito das respetivas atribuições legais; às autoridades judiciais e policiais, no âmbito de procedimentos criminais ou de quaisquer outras competências legais e à Autoridade Tributária e Aduaneira, no âmbito de procedimento de inspeção tributária e aduaneira.

A Sociedade age com a necessária prudência junto das Contrapartes relacionadas com a execução de operações potencialmente suspeitas, evitando quaisquer diligências que, por qualquer razão, possam suscitar a suspeição de que estão em curso quaisquer procedimentos que visem averiguar suspeitas de práticas relacionadas com o BCFT.

Neste sentido, sempre que a Sociedade se deva abster da realização de ulteriores diligências junto das suas Contrapartes, deve exercer de imediato o dever de COS, com as informações de que disponha no momento.

4.25. DERROGAÇÃO DO DEVER DE SEGREDO E PROTEÇÃO NA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A Sociedade disponibiliza de boa-fé através do seu Responsável pelo Departamento de *Compliance* todas as informações, todos os documentos e os demais elementos necessários ao integral cumprimento dos deveres de COS, de CSO, de abstenção e de colaboração, ainda que sujeitos a qualquer dever de segredo, imposto por via legislativa, regulamentar ou contratual.

Esta disponibilização não constitui violação de qualquer dever de segredo imposto por via legislativa, regulamentar ou contratual, nem implica responsabilidade de qualquer tipo, mesmo quando se verifique um desconhecimento da concreta atividade criminosa ou esta não tenha efetivamente ocorrido.

A Sociedade abstém-se de quaisquer ameaças, atos retaliatórios ou hostis e, em particular, de práticas laborais desfavoráveis ou discriminatórias contra quem (aplicável a todos os colaboradores da Sociedade), de boa-fé, preste as informações, os documentos e os demais elementos referidos no primeiro parágrafo deste capítulo. Os colaboradores que sejam objeto das circunstâncias e práticas referidas anteriormente por comunicarem suspeitas de BCFT, quer internamente, quer à Unidade de Informação Financeira, podem apresentar queixa às autoridades competentes, nos termos do disposto na legislação penal e processual penal e/ou intentar ação cível, nos termos previstos na legislação civil e processual civil, sem prejuízo da confidencialidade da informação recolhida pela Unidade de Informação Financeira.

A disponibilização das informações, dos documentos e dos demais elementos referidos não pode, por si só, servir de fundamento à promoção, pela Sociedade, de procedimento disciplinar, civil ou criminal contra quem os faculte (aplicável a todos os colaboradores da Sociedade), exceto se a referida disponibilização for deliberada e manifestamente infundada.

Adicionalmente, a Sociedade assegura a confidencialidade da identidade dos colaboradores perante quaisquer terceiros, nomeadamente perante as contrapartes e os demais colaboradores que não intervenham no exercício dos deveres referidos no primeiro parágrafo deste capítulo.

Os elementos disponibilizados pela Sociedade podem ser utilizados em processo penal, nos inquéritos que tiveram origem em comunicações de operações suspeitas, bem como em quaisquer outros inquéritos, averiguações ou procedimentos legais conduzidos pelas autoridades judiciais, policiais ou setoriais, no âmbito das respetivas atribuições legais e na medida em que os elementos disponibilizados se mostrem relevantes para efeitos probatórios.

4.26. PROTEÇÃO DE DADOS PELA SOCIEDADE

A prevenção e o combate ao BCFT são expressamente reconhecidos como um domínio de proteção de um interesse público, incluindo no que se refere aos tratamentos de dados pessoais efetuados com base na Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, bem como referenciado no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (**RGPD**), aprovado no Parlamento Europeu em 27 de abril de 2016 e com aplicação obrigatória a 25 de maio de 2018 em todos os Estados Membros da União Europeia.

Cabe à Sociedade adotar as medidas de segurança de natureza física e lógica que se mostrem necessárias para assegurar a efetiva proteção da informação e dos dados pessoais tratados, em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e demais legislação de proteção de dados. Para este efeito, fazem-se cumprir os seguintes pressupostos:

- a) existe uma conciliação dos prazos de conservação da documentação com o estipulado a nível do RGPD, ou seja, por força do dever de conservação (conforme Ponto 4.21 do presente Manual – Dever de Conservação), os dados pessoais recolhidos no âmbito do cumprimento da LBCFT não são eliminados por um prazo de 7 anos³ (apenas são eliminados pelo Responsável pelo Departamento de *Compliance* findo esse prazo, momento em que a “finalidade” de acordo com RGPD se extingue);
- b) os dados pessoais recolhidos no âmbito de PBC-CFT apenas são acedidos pelos colaboradores que deles necessitem para o desempenho das suas funções no âmbito de PBC-CFT, nomeadamente o Responsável pelo Departamento de *Compliance* da Sociedade (este sem nível de restrição).

Neste sentido, e sem prejuízo do cumprimento das normas aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, a Sociedade encontra-se autorizada a realizar os tratamentos de dados pessoais necessários ao cumprimento dos deveres preventivos legalmente previstos, com a finalidade exclusiva da prevenção do BCFT, não podendo tais dados ser posteriormente tratados, para quaisquer outros fins, incluindo fins comerciais.

Adicionalmente, a Sociedade fornece às novas Contrapartes as informações exigidas ao abrigo do disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e demais legislação de proteção de dados através de um aviso geral/documento onde a Contraparte toma conhecimento dos seus direitos e das obrigações legais da Sociedade em matéria de tratamento de dados pessoais para efeitos da prevenção do BCFT, bem como autoriza o tratamento dos seus dados pessoais para este fim. Este documento encontra-se no **Anexo VII** deste Manual e acompanha todos os formulários KYC, devendo ser assinado após preenchimento do formulário pela Contraparte.

4.27. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Procedimentos e Sistemas de Informação Geral

³ Sete anos após o termo da relação de negócio ou do último ato efetuado no âmbito de uma transação ocasional.

A Sociedade aplica as ferramentas e os sistemas de informação necessários à gestão eficaz do risco de BCFT e ao cumprimento do quadro normativo aplicável nesse domínio, permitindo:

Objetivos	Sistema utilizado
Registo dos dados identificativos e demais elementos.	<ul style="list-style-type: none"> - Pasta na rede com acesso restrito devidamente organizada por operação; - Documento excel onde se encontram compilados os dados relevantes de todas as Contrapartes e operações.
Deteção de circunstâncias que justifiquem a atualização dos dados identificativos e elementos.	<ul style="list-style-type: none"> - Documento excel com datas em que os documentos expiram (quando aplicável).
Definição e atualização do perfil de risco das contrapartes e operações.	<ul style="list-style-type: none"> - Modelo de aferição/graduação do risco em formato excel de cálculo automático do risco – este procedimento será externalizado; - Para a atualização do perfil de risco será aplicado o mesmo modelo, por parte de entidade externa; - O prazo para atualização do perfil de risco será operacionalizado através de ficheiro excel.
Monitorização de operações e contrapartes, incluindo a deteção atempada de (i) alterações relevantes ao padrão operativo das contrapartes, (ii) operações que denotem elementos caracterizadores de suspeição, (iii) e de outros eventos de risco.	<ul style="list-style-type: none"> - Procedimento realizado por entidade externa.
Deteção da qualidade de PEP ou de titular de outro cargo político ou público, quaisquer pessoas ou entidades identificadas em medidas restritivas, designadamente as que decorram de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou de regulamento da União Europeia, pessoas ou entidades identificadas em quaisquer determinações emitidas pelas autoridades setoriais, designadamente no contexto das medidas reforçadas, <u>antes da operação e no decorrer da mesma</u> para contrapartes, representantes legais e beneficiários efetivos.	<ul style="list-style-type: none"> - Procedimento realizado por entidade externa.
Bloqueio ou suspensão de operações sempre que a sua prossecução dependa de aprovação hierárquica superior.	<ul style="list-style-type: none"> - N/A - Suspensão manual das negociações.
Bloqueio ou a suspensão da realização de operações ou conjunto de operações, designadamente quando: <ul style="list-style-type: none"> a) A Sociedade deva abster-se de realizar uma dada operação ou conjunto de operações, em face da existência de potenciais suspeitas; b) A Sociedade deva dar cumprimento às obrigações de congelamento decorrentes das sanções financeiras resultantes de medidas restritivas, designadamente as que decorram de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou de regulamento da União Europeia; 	<ul style="list-style-type: none"> - N/A - Suspensão manual das negociações.

Extração tempestiva de informação fiável e compreensível que suporte as análises e a tomada de decisões, bem como o exercício dos deveres de comunicação e de colaboração	- Pasta na rede com acesso restrito devidamente organizada por operação; - Documento excel onde se encontram compilados os dados relevantes de todas as Contrapartes e operações.
Captação, tratamento e arquivo da informação que suporte, de modo atempado a análise e a tomada de decisões pelas estruturas internas relevantes, em particular no que se refere à monitorização de contrapartes e operações e ao exame de potenciais suspeitas	- Pasta na rede com acesso restrito devidamente organizada por operação; - Documento excel onde se encontram compilados os dados relevantes de todas as Contrapartes e operações.
Captação, tratamento e arquivo da informação que suporte, de modo atempado o exercício dos deveres de comunicação e de colaboração	- Pasta na rede com acesso restrito devidamente organizada por operação; - Documento excel onde se encontram compilados os dados relevantes de todas as Contrapartes e operações.
Controlo de Acessos: Captação, tratamento e arquivo da informação que suporte, de modo atempado a instituição de canais seguros que permitam preservar a total confidencialidade dos pedidos de informação, sempre que aplicável	- Pasta na rede com acesso restrito à equipa operacional que recolhe a informação e ao Departamento Legal.
Conservação/eliminação: - Garantir que os dados pessoais são eliminados quando se extingue a finalidade (ou seja, findo o prazo de conservação de 7 anos, considerando as particularidades das relações de negócio e das transações ocasionais) Garantir que os dados pessoais não são eliminados antes de se extinguir a finalidade (ou seja, antes do prazo de conservação de 7 anos, considerando as particularidades das relações de negócio e das transações ocasionais).	- Documento excel onde se encontram compilados os dados relevantes de todas as Contrapartes e operações, nomeadamente a data-limite de conservação da informação.
Registos centralizados que permitam assegurar a agregação de transações ocasionais ou outras operações fracionadas, cujo montante global exceda os 15.000,00 euros (limite legal)	N/A

A Sociedade garante a gestão de informação confidencial e a auditabilidade dos procedimentos adotados, incluindo uma descrição dos procedimentos a instituir em matéria de:

- a) Controlo de acessos;
- b) Perfis de acesso;
- c) Auditabilidade (logs e auditails);
- d) Política de backups (periodicidade, prazo de conservação e localização).

Procedimentos e Sistemas de Informação Específicos

A Sociedade contrata os procedimentos e sistemas de informação específicos através de uma entidade externa, a qual utiliza um sistema de pesquisa/screening que permite a identificação de entidades/pessoas sancionadas, PEPs, membro próximo da família, pessoa reconhecida como estreitamente associada, titular de outro cargo político ou público e informação adversa. Esta pesquisa é realizada sempre que:

- a) Se esteja na iminência de se realizar uma operação;
- b) Se inicie uma operação;
- c) Existam situações suspeitas de BCFT ou dúvidas quanto à fiabilidade da informação recolhida;

- d) No momento da atualização da informação de contrapartes existentes.

As pesquisas realizadas são aplicáveis às relações de negócio e às transações ocasionais e a qualquer:

- a) Contraparte;
- b) Representante legal;
- c) Beneficiário efetivo da Contraparte;

A entidade externa coloca a informação recolhida referente à Contraparte e pesquisa a mesma na ferramenta acima mencionada, enviando posteriormente os relatórios com os resultados destas pesquisas ao Responsável pelo Departamento de *Compliance*.

Caso seja identificado um resultado positivo para os critérios de entidades/pessoas sancionadas, PEPs e informação adversa, a entidade externa garante:

- a) Que não se trata de um falso positivo, fazendo os mismatches necessários através de pesquisas mais aprofundadas em outros meios (pesquisas em fonte aberta, plataformas como D&B Hoovers, Open Corporates, entre outras) ou caso necessário solicitando informação adicional ao Responsável pelo Departamento de *Compliance* (que recolherá a mesma junto da contraparte). Toda a evidência relativa a este processo é recolhida pela entidade externa e enviada ao referido Responsável no final da análise da operação;
- b) Caso se confirme um caso como positivo, esta informação será recolhida pela entidade externa e enviada ao Responsável pelo Departamento de *Compliance*, o qual em última instância decidirá acerca da continuidade/estabelecimento da relação/transação com a contraparte.

A Sociedade, no âmbito da monitorização, e através de entidade externa contratada para o efeito, deteta a cessação de funções de PEP e/ou titular de outro cargo político ou público das Contrapartes (incluindo representante legal e/ou beneficiário efetivo). Imediatamente após a tomada de conhecimento da cessação da qualidade de PEP, a Sociedade deve assegurar a realização dos seguintes procedimentos:

- a) Efetuar uma reavaliação do risco das Contrapartes, de forma a aferir se as Contrapartes continuam a representar um risco acrescido de BCFT;
- b) Atualizar os procedimentos KYC;
- c) Realizar novos screenings (através de entidade externa).

5. ENTRADA EM VIGOR

O presente Manual entrará em vigor após a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Sociedade.

Após aprovação pelo Conselho de Administração, o Manual é de aplicação imediata.

As atualizações ao Manual constante do presente documento serão válidas a partir da data da respetiva aprovação, sem prejuízo de ulteriores alterações.

6. PROCESSO DE DEFINIÇÃO E APROVAÇÃO DO MANUAL

O presente Manual foi elaborado de acordo com o disposto, designadamente, na LBCFT e do Regulamento da CMVM n.º 2/2020, conforme alterado. O Manual e respetivas alterações são aprovadas pelo Conselho de Administração, com parecer do RCN.

7. ATUALIZAÇÃO, REVISÃO E FISCALIZAÇÃO DO MANUAL

Tendo em consideração o modelo de governo da Sociedade, a inerente composição e dimensão dos seus órgãos sociais e o modelo organizativo implementado, a alocação de responsabilidades procura garantir uma adequada segregação de funções e responsabilidades no âmbito das diferentes políticas e dos procedimentos relacionados.

O Conselho de Administração é responsável pela atualização e revisão da política, para além de zelar regularmente pela boa implementação e execução das políticas e procedimentos constantes do presente Manual.

O Departamento de *Compliance* coordena, avalia e supervisiona a aplicação da política e dos procedimentos relacionados, sendo-lhe assegurada a autoridade suficiente para desempenhar o seu cargo de forma independente e objetiva.

8. HISTÓRICO DE REVISÃO DO DOCUMENTO

Versão	Data de aprovação	Modificado por	Modificação
1.0	25.11.2025		

9. DEFINIÇÕES

Salvo quando de outro modo resulte do texto deste Manual, os termos e expressões nele utilizados, quando iniciados em letra maiúscula, e a seguir enumerados alfabeticamente, têm o significado seguinte:

“**BCFT**”, significa o Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo;

“**Beneficiário Efetivo**” ou “**BEF**”, significa a pessoa ou pessoas singulares que, em última instância, detêm a propriedade ou o controlo do Cliente e ou a pessoa ou pessoas singulares por conta de quem é realizada uma operação ou atividade, de acordo com os critérios estabelecidos no Ponto 4.16;

“**CMVM**”, significa Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;

“**Colaborador**”, significa qualquer pessoa singular que, em nome ou no interesse da Sociedade e sob sua autoridade ou na sua dependência, participe na execução de quaisquer operações, atos ou procedimentos próprios da atividade prosseguida pela Sociedade, independentemente de ter com a mesma um vínculo de natureza laboral ou não;

“**Colaborador relevante**”, significa o(s) colaborador(es) considerados relevantes no âmbito do sistema de prevenção do risco de BC-FT;

“**Contraparte**”, significa qualquer pessoa singular, pessoa coletiva, de natureza societária ou não societária, ou centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica, que mantenha uma relação de negócio ou realize uma transação ocasional com esta;

“**COS**”, significa comunicação de operações suspeitas;

“**CSO**”, significa comunicação sistemática de operações;

“**DCIAP**”, significa Departamento Central de Investigação e Ação Penal, um órgão do Ministério Público de Portugal;

“**FAFT/GAFI**”, significa Financial Action Task Force/Grupo de Ação Financeira Internacional;

“**KYC**”, significa Know Your Counterparty/Costumer/Client;

“**LBCFT**”, significa Lei De Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento Do Terrorismo;

“**Manual**”, significa o presente Manual de Políticas e Procedimentos para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo;

“**Membros próximos da família**”, significa: i) O cônjuge ou unido de facto de pessoa politicamente exposta; ii) Os parentes e afins em 2.º grau, na linha reta ou na linha colateral, da pessoa politicamente exposta; iii) Os unidos de facto dos parentes da pessoa politicamente exposta referidos na subalínea anterior, na medida em que não beneficiam do estatuto de afinidade; iv) As pessoas que, em outros ordenamentos jurídicos, ocupem posições similares;

“**OII**”, significa organismo de investimento imobiliário.

“**Países terceiros de risco elevado**”, significa os países ou as jurisdições não pertencentes à União Europeia identificados pela Comissão Europeia como tendo regimes nacionais de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo que apresentam deficiências estratégicas que constituem uma ameaça significativa para o sistema financeiro da União Europeia;

“**Pessoa politicamente exposta**” ou “**PEP**”, significa as pessoas singulares que desempenham, ou desempenharam nos últimos 12 meses, em qualquer país ou jurisdição, as seguintes funções públicas proeminentes de nível superior: i) Chefes de Estado, chefes de Governo e membros do Governo,

designadamente ministros, secretários e subsecretários de Estado ou equiparados; ii) Deputados ou outros membros de câmaras parlamentares; iii) Membros do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal de Contas, e membros de supremos tribunais, tribunais constitucionais, de contas e de outros órgãos judiciais de alto nível de outros Estados e de organizações internacionais; iv) Representantes da República e membros dos órgãos de governo próprio de regiões autónomas; v) Provedor de Justiça, Conselheiros de Estado, e membros da Comissão Nacional da Proteção de Dados, do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, da Procuradoria-Geral da República, do Conselho Superior do Ministério Público, do Conselho Superior de Defesa Nacional, do Conselho Económico e Social, e da Entidade Reguladora para a Comunicação Social; vi) Chefes de missões diplomáticas e de postos consulares; vii) Oficiais Gerais das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR) em efetividade de serviço, bem como os Superintendentes-Chefes da Polícia de Segurança Pública (PSP); viii) Presidentes e vereadores com funções executivas de câmaras municipais; ix) Membros de órgãos de administração e fiscalização de bancos centrais, incluindo o Banco Central Europeu; x) Membros de órgãos de administração e de fiscalização de institutos públicos, fundações públicas, estabelecimentos públicos e entidades administrativas independentes, qualquer que seja o modo da sua designação; xi) Membros de órgãos de administração e de fiscalização de entidades pertencentes ao setor público empresarial, incluindo os setores empresarial, regional e local; xii) Membros dos órgãos executivos de direção de partidos políticos de âmbito nacional ou regional; xiii) Diretores, diretores-adjuntos e membros do conselho de administração ou pessoas que exercem funções equivalentes numa organização internacional;

“Pessoas reconhecidas como estreitamente associadas” significa: i) Qualquer pessoa singular, conhecida como comproprietária, com pessoa politicamente exposta, de uma pessoa coletiva ou de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica; ii) Qualquer pessoa singular que seja proprietária de capital social ou detentora de direitos de voto de uma pessoa coletiva, ou de património de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica, conhecidos como tendo por beneficiário efetivo pessoa politicamente exposta; iii) Qualquer pessoa singular, conhecida como tendo relações societárias, comerciais ou profissionais com pessoa politicamente exposta;

“RCN”, significa Responsável pelo Cumprimento Normativo;

“Sociedade”, significa a KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A., com sede na Avenida do Forte, nº 3, Edifício Suécia III, piso 0, 2790-073 Carnaxide, constituída e registada junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;

“Relação de negócio”, significa qualquer relação de natureza empresarial, profissional ou comercial entre as entidades obrigadas e as suas Contrapartes, que, no momento em que se estabelece, seja ou se preveja vir a ser duradoura, tendencialmente estável e continuada no tempo, independentemente do número de operações individuais que integrem ou venham a integrar o quadro relacional estabelecido;

“Testes de Efetividade”, significa as avaliações de eficácia;

“Titulares de outros cargos políticos ou públicos”, significa as pessoas singulares que, não sendo qualificadas como pessoas politicamente expostas, desempenhem ou tenham desempenhado, nos últimos 12 meses e em território nacional, os cargos enumerados nos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos;

“Transação ocasional”, significa qualquer transação efetuada pelas entidades obrigadas fora do âmbito de uma relação de negócio já estabelecida, caracterizando-se, designadamente, pelo seu carácter expectável de pontualidade;

“UIF”, significa Unidade de Informação Financeira, pertence à Polícia Judiciária.

10. ANEXOS

10.1. ANEXO I – MODELO DE AFERIÇÃO/GRADUAÇÃO DE RISCOS

10.2. ANEXO II – FORMULÁRIOS KYC

Quando a Contraparte Revista a Qualidade de Pessoa Singular

Elemento identificativo solicitado ⁽¹⁾	Resposta	Documentação a anexar (reprodução do original ou cópia certificada)
Nome Completo		<input type="checkbox"/> Documento de identificação
Data de Nascimento (dd/mm/yyyy)		<input type="checkbox"/> Documento de identificação
Telefone		N/A
Email		N/A
Documento de Identificação	<input type="checkbox"/> Passaporte <input type="checkbox"/> Cartão de Cidadão <input type="checkbox"/> Outro: N.º Doc. Identificação: Válido até: Entidade emitente:	<input type="checkbox"/> Documento de identificação
Nacionalidade	Constante do documento de identificação: Outras Nacionalidades: (caso não seja aplicável, colocar N/A)	<input type="checkbox"/> Documento de identificação N/A
Naturalidade		N/A
N.º Identificação Fiscal (ou equivalente emitido por autoridade estrangeira competente)		<input type="checkbox"/> Documento de identificação, ou <input type="checkbox"/> Documento oficial produzido pela Autoridade Tributária ou entidade equivalente no estrangeiro
Endereço (“morada completa”)	Da residência permanente: Do domicílio fiscal (se diferente do anterior):	<input type="checkbox"/> Faturas de serviços públicos de fornecimento de água, eletricidade, gás e comunicações (com menos de 6 meses), ou <input type="checkbox"/> Documentos bancários (com menos de 6 meses)
Tipo de atividade ⁽²⁾	<input type="checkbox"/> Empregado <input type="checkbox"/> Desempregado <input type="checkbox"/> Reformado <input type="checkbox"/> Estudante <input type="checkbox"/> Outro: Profissão (ou profissões): (no caso de desempregado/reformado deve indicar-se a última profissão) Entidade patronal (ou entidades patronais): (no caso de desempregado/reformado deve indicar-se a última entidade patronal)	<input type="checkbox"/> Cartão profissional, ou <input type="checkbox"/> Recibo de vencimento (com menos de 6 meses), ou <input type="checkbox"/> Declaração da entidade patronal (com menos de 6 meses).
Finalidade e Natureza pretendida da operação/relação (p.e. habitação própria permanente, segunda habitação, investimento, etc.)		N/A
Origem dos fundos ⁽³⁾	Entidade bancária: N.º da conta: Titular(es) da conta:	<input type="checkbox"/> Comprovativo bancário que permita aferir a titularidade da conta de proveniência dos

		montantes
Origem do património ⁽⁴⁾ (p.e. proveniente do trabalho, herança, alienação de ativos, financiamento bancário, etc.)	(A obtenção e comprovação apenas é exigível no caso de ser PEP)	<input type="checkbox"/> Declaração de IRS (última), ou <input type="checkbox"/> Comprovativo de financiamento, ou <input type="checkbox"/> Habilitação de herdeiros, ou Outro:
País de domiciliação da fonte de riqueza declarada		Conforme documentos acima
Pessoa Politicamente Exposta ("PEP") ⁽⁵⁾ ou Titular de outros cargos políticos ou públicos ⁽⁵⁾	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: Título/Função: _____ Nome da Organização: _____	N/A
Membro próximo da família de PEP	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Não Se sim: Grau de parentesco:	N/A
Pessoa reconhecida como estreitamente associada de PEP ⁽⁶⁾	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: Tipo de relação: _____	N/A
Atua por conta de outrem	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (em caso afirmativo preencher nova ficha para o beneficiário efetivo)	

☐ Autorizo [tratamento de dados]

[Inserir Local, inserir data]

Pessoa que preencheu o formulário:

Nome: _____

Assinatura: _____

[Inserir Local, inserir data]

Pessoa/entidade que rececionou o formulário:

Nome: _____

Assinatura: _____

Legenda:

- (1) Menores de idade: Quando, nas transações, surja como interveniente pessoa de menor idade que não possua, por esse facto, qualquer dos documentos, a comprovação dos respetivos elementos de identificação deve ser efetuada mediante a exibição de boletim ou certidão de nascimento, ou, no caso de não nacionais, de documento público equivalente, a serem apresentados por pessoa que demonstre, documentalmente, estar investida dos poderes para legitimamente contratar em nome do menor, à qual deve ser simultaneamente exigida a obtenção e a comprovação dos elementos identificativos.
- (2) Sempre que se trate de empresários em nome individual ou a entidade estrangeira sem atividade em Portugal que venha apenas proceder à prática de um ato isolado ou de uma atividade, por período inferior a 1 ano, devem fornecer também os seguintes dados.

Empresário em nome individual:

- a. Denominação comercial ou firma, se aplicável;
- b. Morada ou Sede;
- c. Código da atividade exercida.

Entidade estrangeira a qual vem apenas proceder à prática de um ato isolado ou exercer uma atividade em território nacional, por período inferior a 1 ano, mediante a emissão pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas de certidão, contendo o número de identificação, firma, nacionalidade, a menção do ato isolado ou atividade a praticar em Portugal por período inferior a 1 ano.

- (3) Considera-se “Fundos”:
 - a. Os montantes ou ativos concretamente afetos à relação de negócio estabelecida, à transação ocasional ou à operação efetuada com a pessoa politicamente exposta.
- (4) Considera-se “Património”:
 - a. A totalidade dos ativos que compõem as fontes de riqueza da pessoa politicamente exposta.
- (5) Consideram-se “Pessoas Politicamente Expostas”: as pessoas singulares que desempenham, ou desempenharam nos últimos 12 meses, em qualquer país ou jurisdição, as seguintes funções públicas proeminentes de nível superior:
 - a. Chefes de Estado, chefes de Governo e membros do Governo, designadamente ministros, secretários e subsecretários de Estado ou equiparados;
 - b. Deputados ou outros membros de câmaras parlamentares;
 - c. Membros do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal de Contas, e membros de supremos tribunais, tribunais constitucionais, de contas e de outros órgãos judiciais de alto nível de outros Estados e de organizações internacionais;
 - d. Representantes da República e membros dos órgãos de governo próprio de regiões autónomas;
 - e. Provedor de Justiça, Conselheiros de Estados, e membros da Comissão Nacional de Proteção de Dados, do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, da Procuradoria-Geral da República, do Conselho Superior do Ministério Público, do Conselho Superior de Defesa Nacional, do Conselho Económico e Social, e da Entidade Reguladora para a comunicação Social;
 - f. Chefes de missões diplomáticas e de postos consulares;
 - g. Oficiais Gerais das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR) em efetividade de serviço, bem como os Superintendentes-Chefes da Polícia de Segurança Pública (PSP);
 - h. Presidentes e vereadores com funções executivas de câmaras municipais;

- i. Membros de órgãos de administração e fiscalização de bancos centrais, incluindo o Banco Central Europeu;
 - j. Membros de órgãos de administração e de fiscalização de institutos públicos, fundações públicas, estabelecimentos públicos e entidades administrativas independentes, qualquer que seja o modo da sua designação;
 - k. Membros de órgãos de administração e de fiscalização de entidades pertencentes ao setor público empresarial, incluindo os setores empresarial, regional e local;
 - l. Membros dos órgãos executivos de direção de partidos políticos de âmbito nacional ou regional;
 - m. Diretores, diretores-adjuntos e membros do conselho de administração ou pessoas que exercem funções equivalentes numa organização internacional.
- (6) Consideram-se “Pessoas reconhecidas como estreitamente associadas”:
- a. Qualquer pessoa singular, conhecida como comproprietária, com pessoa politicamente exposta, de uma pessoa coletiva ou de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica;
 - b. Qualquer pessoa singular que seja proprietária de capital social ou detentora de direitos de voto de uma pessoa coletiva, ou de património de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica, conhecidos como tendo por beneficiário efetivo pessoa politicamente exposta;
 - c. Qualquer pessoa singular, conhecida como tendo relações societárias, comerciais ou profissionais com pessoa politicamente exposta.

Quando a Contraparte Revista a Qualidade de **Pessoa Coletiva**

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA COLETIVA		
Elemento identificativo solicitado	Resposta	Documentação a anexar (reprodução do original ou cópia certificada)
Denominação		<input type="checkbox"/> Código válido de acesso a certidão permanente, ou (quando esta não exista) <input type="checkbox"/> Certidão notarial de escritura de documento de constituição (p.e. no caso de associações), ou <input type="checkbox"/> Certidão registo comercial, ou <i>(no caso de entidade com sede social situada fora do território nacional)</i> <input type="checkbox"/> Documento equivalente emitido por fonte independente e credível que prove a existência jurídica da entidade
Objeto		
Código CAE ou equivalente <i>(se aplicável)</i>		
Morada	Da sede social:	
	Da sucursal (se aplicável):	
	Do estabelecimento estável (se aplicável):	
	Dos principais locais de exercício da atividade (se aplicável):	
Nº de identificação de pessoa coletiva (NIPC) ou equivalente emitido por entidade estrangeira competente		
País de constituição		
Identidade dos titulares do órgão de administração ou equivalente		N/A
Identidade dos titulares de participações no capital e/ou nos direitos de voto de valor igual ou superior a 5%		N/A
Identidade dos beneficiários efetivos		<input type="checkbox"/> RCBE <input type="checkbox"/> Outro (documento equivalente emitido por fonte independente e credível que prove a aferição do(s) beneficiário(s) efetivo(s))
Finalidade e Natureza pretendida da operação/relação <i>(p.e. estabelecimento/ sede da organização, investimento, etc.)</i>		N/A
Origem dos fundos ⁽¹⁾	Entidade bancária:	<input type="checkbox"/> Comprovativo bancário que permita aferir a titularidade da conta de proveniência dos montantes
	Nº da conta:	
	Titular(es) da conta:	
Origem do património ⁽²⁾ <i>(p.e. resultados da empresa, financiamento bancário, alienação de ativos etc.)</i>		<input type="checkbox"/> Modelo 22 (última), ou <input type="checkbox"/> Relatório e contas (último), ou <input type="checkbox"/> Comprovativo de financiamento, ou <input type="checkbox"/> Outro: _____

País de domiciliação da fonte de riqueza declarada		<input type="checkbox"/> Conforme documentos acima
Caracterização da atividade	Natureza: Nível de rendimentos/Volume de negócios (VN): Países ou zonas geográficas:	<input type="checkbox"/> Relatório e contas (último)

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU EQUIVALENTE ⁽⁴⁾		
Elemento identificativo solicitado	Resposta	Documentação a anexar (reprodução do original ou cópia certificada)
Tipo de membro	Cargo: Função:	N/A
Nome completo		N/A
Data de Nascimento (dd/mm/yyyy)		N/A
Documento de Identificação	<input type="checkbox"/> Passaporte <input type="checkbox"/> Cartão de Cidadão <input type="checkbox"/> Outro: N.º Doc. Identificação: Válido até: Entidade emitente:	N/A
Nacionalidade	Constante do documento de identificação: Outras Nacionalidades: <i>(caso não seja aplicável, colocar N/A)</i>	N/A
N.º Identificação Fiscal (ou equivalente emitido por autoridade estrangeira competente)		N/A
Endereço ("morada completa")	Da residência permanente: Do domicílio fiscal (se diferente do anterior):	N/A
Pessoa Politicamente Exposta ("PEP") ⁽⁵⁾ ou Titular de outros cargos políticos ou públicos ⁽⁵⁾	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: Título/Função: Nome da Organização:	N/A
Membro próximo da família de PEP	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: Grau de parentesco:	N/A
Pessoa reconhecida como estreitamente associada de PEP ⁽⁶⁾	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: Tipo de relação:	N/A

IDENTIDADE DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL E NOS DIREITOS DE VOTO DE VALOR IGUAL OU SUPERIOR A 5% ⁽³⁾		
Elemento identificativo solicitado	Resposta	Documentação a anexar (reprodução do original ou cópia certificada)
PESSOAS SINGULARES		

Participação no capital ou nos direitos de voto (%)		N/A
Nome completo		N/A
Data de Nascimento (dd/mm/yyyy)		N/A
Documento de Identificação	<input type="checkbox"/> Passaporte <input type="checkbox"/> Cartão de Cidadão <input type="checkbox"/> Outro: N.º Doc. Identificação: Válido até: Entidade emitente:	N/A
Nacionalidade	Constante do documento de identificação: Outras Nacionalidades: (caso não seja aplicável, colocar N/A)	N/A
N.º Identificação Fiscal (ou equivalente emitido por autoridade estrangeira competente)		N/A
Pessoa Politicamente Exposta ("PEP") ⁽⁵⁾ ou Titular de outros cargos políticos ou públicos ⁽⁵⁾	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: Título/Função: _____ Nome da Organização: _____	N/A
Membro próximo da família de PEP	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: Grau de parentesco: _____	N/A
Pessoa reconhecida como estreitamente associada de PEP ⁽⁶⁾	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: Tipo de relação: _____	N/A
PESSOAS COLETIVAS		
Participação no capital ou nos direitos de voto (%)		N/A
Denominação		N/A
Objeto		N/A
Morada da sede social		N/A
Nº de identificação de pessoa coletiva (NIPC) ou equivalente emitido por entidade estrangeira competente		N/A

☐ Autorizo [tratamento de dados]

[Inserir Local, inserir data]

Pessoa que preencheu o formulário:

Nome: _____

Assinatura: _____

[Inserir Local, inserir data]

Pessoa/entidade que rececionou o formulário:

Nome: _____

Assinatura: _____

Legenda:

- (1) Considera-se “Fundos”:
 - a. Os montantes ou ativos concretamente afetos à relação de negócio estabelecida, à transação ocasional ou à operação efetuada com a pessoa politicamente exposta.
- (2) Considera-se “Património”:
 - a. A totalidade dos ativos que compõem as fontes de riqueza da pessoa politicamente exposta.
- (3) Devem ser preenchidos tantos formulários quantos os titulares de participações no capital e/ou nos direitos de voto de valor igual ou superior a 5%.
- (4) Bem como de outros quadros superiores relevantes com poderes de gestão.
Devem ser preenchidos tantos formulários quantos os membros do órgão de administração ou equivalente e de quadros superiores com poderes de gestão.
- (5) Consideram-se “Pessoas Politicamente Expostas”: as pessoas singulares que desempenham, ou desempenharam nos últimos 12 meses, em qualquer país ou jurisdição, as seguintes funções públicas proeminentes de nível superior:
 - a. Chefes de Estado, chefes de Governo e membros do Governo, designadamente ministros, secretários e subsecretários de Estado ou equiparados;
 - b. Deputados ou outros membros de câmaras parlamentares;
 - c. Membros do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal de Contas, e membros de supremos tribunais, tribunais constitucionais, de contas e de outros órgãos judiciais de alto nível de outros Estados e de organizações internacionais;
 - d. Representantes da República e membros dos órgãos de governo próprio de regiões autónomas;
 - e. Provedor de Justiça, Conselheiros de Estados, e membros da Comissão Nacional de Proteção de Dados, do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, da Procuradoria-Geral da República, do Conselho Superior do Ministério Público, do Conselho Superior de Defesa Nacional, do Conselho Económico e Social, e da Entidade Reguladora para a comunicação Social;
 - f. Chefes de missões diplomáticas e de postos consulares;
 - g. Oficiais Gerais das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR) em efetividade de serviço, bem como os Superintendentes-Chefes da Polícia de Segurança Pública (PSP);
 - h. Presidentes e vereadores com funções executivas de câmaras municipais;
 - i. Membros de órgãos de administração e fiscalização de bancos centrais, incluindo o Banco Central Europeu;
 - j. Membros de órgãos de administração e de fiscalização de institutos públicos, fundações públicas, estabelecimentos públicos e entidades administrativas independentes, qualquer que seja o modo da sua designação;
 - k. Membros de órgãos de administração e de fiscalização de entidades pertencentes ao setor público empresarial, incluindo os setores empresarial, regional e local;
 - l. Membros dos órgãos executivos de direção de partidos políticos de âmbito nacional ou regional;
 - m. Diretores, diretores-adjuntos e membros do conselho de administração ou pessoas que exercem funções equivalentes numa organização internacional.
- (6) Consideram-se “Pessoas reconhecidas como estreitamente associadas”:

- a. Qualquer pessoa singular, conhecida como comproprietária, com pessoa politicamente exposta, de uma pessoa coletiva ou de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica;
- b. Qualquer pessoa singular que seja proprietária de capital social ou detentora de direitos de voto de uma pessoa coletiva, ou de património de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica, conhecidos como tendo por beneficiário efetivo pessoa politicamente exposta;
- c. Qualquer pessoa singular, conhecida como tendo relações societárias, comerciais ou profissionais com pessoa politicamente exposta.

Relativamente ao **Representante Legal** da contraparte **Pessoa Coletiva/Singular**

Elemento identificativo solicitado ⁽¹⁾	Resposta	Documentação a anexar (reprodução do original ou cópia certificada)
Nome Completo		<input type="checkbox"/> Documento de identificação
Data de Nascimento (dd/mm/yyyy)		<input type="checkbox"/> Documento de identificação
Telefone		N/A
Email		N/A
Documento de Identificação	<input type="checkbox"/> Passaporte <input type="checkbox"/> Cartão de Cidadão <input type="checkbox"/> Outro: N.º Doc. Identificação: Válido até: Entidade emitente:	<input type="checkbox"/> Documento de identificação
Nacionalidade	Constante do documento de identificação: Outras Nacionalidades: (caso não seja aplicável, colocar N/A)	<input type="checkbox"/> Documento de identificação N/A
Naturalidade		N/A
N.º Identificação Fiscal (ou equivalente emitido por autoridade estrangeira competente)		<input type="checkbox"/> Documento de identificação, ou <input type="checkbox"/> Documento oficial produzido pela Autoridade Tributária ou entidade equivalente no estrangeiro
Endereço ("morada completa")	Da residência permanente: Do domicílio fiscal (se diferente do anterior):	<input type="checkbox"/> Faturas de serviços públicos de fornecimento de água, eletricidade, gás e comunicações (com menos de 6 meses), ou <input type="checkbox"/> Documentos bancários (com menos de 6 meses)
Tipo de atividade ⁽²⁾	<input type="checkbox"/> Empregado <input type="checkbox"/> Desempregado <input type="checkbox"/> Reformado <input type="checkbox"/> Estudante <input type="checkbox"/> Outro: Profissão (ou profissões): (no caso de desempregado/reformado deve indicar-se a última profissão) Entidade patronal (ou entidades patronais): (no caso de desempregado/reformado deve indicar-se a última entidade patronal)	<input type="checkbox"/> Cartão profissional, ou <input type="checkbox"/> Recibo de vencimento (com menos de 6 meses), ou <input type="checkbox"/> Declaração da entidade patronal (com menos de 6 meses).
Pessoa Politicamente Exposta ("PEP") ⁽³⁾ ou Titular de outros cargos políticos ou públicos ⁽³⁾	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: Título/Função: _____ Nome da Organização: _____	N/A
Membro próximo da família de PEP	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: Grau de parentesco: _____	N/A
Pessoa reconhecida como estreitamente associada de PEP ⁽⁴⁾	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: Tipo de relação: _____	N/A

Representante legal da contraparte na qualidade de:		<input type="checkbox"/> Procuração, ou <input type="checkbox"/> Outro:
---	--	--

☐ Autorizo [*tratamento de dados*]

[*Inserir Local, inserir data*]

Pessoa que preencheu o formulário:

Nome: _____

Assinatura: _____

[*Inserir Local, inserir data*]

Pessoa/entidade que rececionou o formulário:

Nome: _____

Assinatura: _____

Legenda:

- (1) Devem ser preenchidos tantos formulários quantos os representantes legais da contraparte pessoa coletiva/singular.
- (2) Sempre que se trate de empresários em nome individual ou a entidade estrangeira sem atividade em Portugal que venha apenas proceder à prática de um ato isolado ou de uma atividade, por período inferior a 1 ano, devem fornecer também os seguintes dados.

Empresário em nome individual:

- a. Denominação comercial ou firma, se aplicável;
- b. Morada ou Sede;
- c. Código da atividade exercida.

Entidade estrangeira a qual vem apenas proceder à prática de um ato isolado ou exercer uma atividade em território nacional, por período inferior a 1 ano, mediante a emissão pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas de certidão, contendo o número de identificação, firma, nacionalidade, a menção do ato isolado ou atividade a praticar em Portugal por período inferior a 1 ano.

- (3) Consideram-se "Pessoas Politicamente Expostas": as pessoas singulares que desempenham, ou desempenharam nos últimos 12 meses, em qualquer país ou jurisdição, as seguintes funções públicas proeminentes de nível superior:
 - a. Chefes de Estado, chefes de Governo e membros do Governo, designadamente ministros, secretários e subsecretários de Estado ou equiparados;
 - b. Deputados ou outros membros de câmaras parlamentares;
 - c. Membros do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal de Contas, e membros de supremos tribunais, tribunais constitucionais, de contas e de outros órgãos judiciais de alto nível de outros Estados e de organizações internacionais;
 - d. Representantes da República e membros dos órgãos de governo próprio de regiões autónomas;
 - e. Provedor de Justiça, Conselheiros de Estados, e membros da Comissão Nacional de Proteção de Dados, do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, da Procuradoria-Geral da República, do Conselho Superior do Ministério Público, do Conselho Superior de Defesa Nacional, do Conselho Económico e Social, e da Entidade Reguladora para a comunicação Social;
 - f. Chefes de missões diplomáticas e de postos consulares;
 - g. Oficiais Gerais das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR) em efetividade de serviço, bem como os Superintendentes-Chefes da Polícia de Segurança Pública (PSP);
 - h. Presidentes e vereadores com funções executivas de câmaras municipais;
 - i. Membros de órgãos de administração e fiscalização de bancos centrais, incluindo o Banco Central Europeu;
 - j. Membros de órgãos de administração e de fiscalização de institutos públicos, fundações públicas, estabelecimentos públicos e entidades administrativas independentes, qualquer que seja o modo da sua designação;
 - k. Membros de órgãos de administração e de fiscalização de entidades pertencentes ao setor público empresarial, incluindo os setores empresarial, regional e local;
 - l. Membros dos órgãos executivos de direção de partidos políticos de âmbito nacional ou regional;
 - m. Diretores, diretores-adjuntos e membros do conselho de administração ou pessoas que exercem funções equivalentes numa organização internacional.

(4) Consideram-se “Pessoas reconhecidas como estreitamente associadas”:

- a. Qualquer pessoa singular, conhecida como comproprietária, com pessoa politicamente exposta, de uma pessoa coletiva ou de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica;
- b. Qualquer pessoa singular que seja proprietária de capital social ou detentora de direitos de voto de uma pessoa coletiva, ou de património de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica, conhecidos como tendo por beneficiário efetivo pessoa politicamente exposta;
- c. Qualquer pessoa singular, conhecida como tendo relações societárias, comerciais ou profissionais com pessoa politicamente exposta.

Relativamente ao **Beneficiário Efetivo** da Contraparte **Pessoa Coletiva**

Elemento identificativo solicitado ⁽¹⁾	Resposta	Documentação a anexar (reprodução do original ou cópia certificada)
Nome Completo		<input type="checkbox"/> Documento de identificação
Data de Nascimento (dd/mm/yyyy)		<input type="checkbox"/> Documento de identificação
Documento de Identificação	<input type="checkbox"/> Passaporte <input type="checkbox"/> Cartão de Cidadão <input type="checkbox"/> Outro: N.º Doc. Identificação: Válido até: Entidade emitente:	<input type="checkbox"/> Documento de identificação
Nacionalidade	Constante do documento de identificação: Outras Nacionalidades: <i>(caso não seja aplicável, colocar N/A)</i>	<input type="checkbox"/> Documento de identificação N/A
Naturalidade		N/A
N.º Identificação Fiscal <i>(ou equivalente emitido por autoridade estrangeira competente)</i>		<input type="checkbox"/> Documento de identificação, ou <input type="checkbox"/> Documento oficial produzido pela Autoridade Tributária ou entidade equivalente no estrangeiro
Endereço <i>(“morada completa”)</i>	Da residência permanente: Do domicílio fiscal (se diferente do anterior):	<input type="checkbox"/> Faturas de serviços públicos de fornecimento de água, eletricidade, gás e comunicações (com menos de 6 meses), ou <input type="checkbox"/> Documentos bancários (com menos de 6 meses)
Tipo de atividade ⁽²⁾	<input type="checkbox"/> Empregado <input type="checkbox"/> Desempregado <input type="checkbox"/> Reformado <input type="checkbox"/> Estudante <input type="checkbox"/> Outro: Profissão (ou profissões): <i>(no caso de desempregado/reformado deve indicar-se a última profissão)</i> Entidade patronal (ou entidades patronais): <i>(no caso de desempregado/reformado deve indicar-se a última entidade patronal)</i>	<input type="checkbox"/> Cartão profissional, ou <input type="checkbox"/> Recibo de vencimento (com menos de 6 meses), ou <input type="checkbox"/> Declaração da entidade patronal (com menos de 6 meses).
Natureza da relação de controlo		N/A
Pessoa Politicamente Exposta (“PEP”) ⁽³⁾ ou Titular de outros cargos políticos ou públicos ⁽³⁾	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: Título/Função: _____ Nome da Organização: _____	N/A
Membro próximo da família de PEP	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: Grau de parentesco: _____	N/A
Pessoa reconhecida Como estreitamente associada de PEP ⁽⁴⁾	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim: Tipo de relação: _____	N/A

☐ Autorizo *[tratamento de dados]*

[Inserir Local, inserir data]

Pessoa que preencheu o formulário:

Nome: _____

Assinatura: _____

[Inserir Local, inserir data]

Pessoa/entidade que rececionou o formulário:

Nome: _____

Assinatura: _____

Legenda:

- (1) Devem ser preenchidos tantos formulários quantos os beneficiários efetivos da contraparte pessoa coletiva.
- (2) Sempre que se trate de empresários em nome individual ou a entidade estrangeira sem atividade em Portugal que venha apenas proceder à prática de um ato isolado ou de uma atividade, por período inferior a 1 ano, devem fornecer também os seguintes dados.

Empresário em nome individual:

- a. Denominação comercial ou firma, se aplicável;
- b. Morada ou Sede;
- c. Código da atividade exercida.

Entidade estrangeira a qual vem apenas proceder à prática de um ato isolado ou exercer uma atividade em território nacional, por período inferior a 1 ano, mediante a emissão pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas de certidão, contendo o número de identificação, firma, nacionalidade, a menção do ato isolado ou atividade a praticar em Portugal por período inferior a 1 ano.

- (3) Consideram-se "Pessoas Politicamente Expostas": as pessoas singulares que desempenham, ou desempenharam nos últimos 12 meses, em qualquer país ou jurisdição, as seguintes funções públicas proeminentes de nível superior:
 - a. Chefes de Estado, chefes de Governo e membros do Governo, designadamente ministros, secretários e subsecretários de Estado ou equiparados;
 - b. Deputados ou outros membros de câmaras parlamentares;
 - c. Membros do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal de Contas, e membros de supremos tribunais, tribunais constitucionais, de contas e de outros órgãos judiciais de alto nível de outros Estados e de organizações internacionais;
 - d. Representantes da República e membros dos órgãos de governo próprio de regiões autónomas;
 - e. Provedor de Justiça, Conselheiros de Estados, e membros da Comissão Nacional de Proteção de Dados, do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, da Procuradoria-Geral da República, do Conselho Superior do Ministério Público, do Conselho Superior de Defesa Nacional, do Conselho Económico e Social, e da Entidade Reguladora para a comunicação Social;
 - f. Chefes de missões diplomáticas e de postos consulares;
 - g. Oficiais Gerais das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR) em efetividade de serviço, bem como os Superintendentes-Chefes da Polícia de Segurança Pública (PSP);
 - h. Presidentes e vereadores com funções executivas de câmaras municipais;
 - i. Membros de órgãos de administração e fiscalização de bancos centrais, incluindo o Banco Central Europeu;
 - j. Membros de órgãos de administração e de fiscalização de institutos públicos, fundações públicas, estabelecimentos públicos e entidades administrativas independentes, qualquer que seja o modo da sua designação;
 - k. Membros de órgãos de administração e de fiscalização de entidades pertencentes ao setor público empresarial, incluindo os setores empresarial, regional e local;
 - l. Membros dos órgãos executivos de direção de partidos políticos de âmbito nacional ou regional;
 - m. Diretores, diretores-adjuntos e membros do conselho de administração ou pessoas que exercem funções equivalentes numa organização internacional.

(4) Consideram-se “Pessoas reconhecidas como estreitamente associadas”:

- a. Qualquer pessoa singular, conhecida como comproprietária, com pessoa politicamente exposta, de uma pessoa coletiva ou de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica;
- b. Qualquer pessoa singular que seja proprietária de capital social ou detentora de direitos de voto de uma pessoa coletiva, ou de património de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica, conhecidos como tendo por beneficiário efetivo pessoa politicamente exposta;
- c. Qualquer pessoa singular, conhecida como tendo relações societárias, comerciais ou profissionais com pessoa politicamente exposta.

10.3. ANEXO III - LISTA NÃO EXAUSTIVA DOS FATORES E TIPOS INDICATIVOS DE RISCO POTENCIALMENTE MAIS BAIXO

(Corresponde ao Anexo II da Lei nº 83/2017 de 18-08-2017)

1 - Fatores de risco inerentes ao cliente:

- a) Sociedades com ações admitidas à negociação em mercado regulamentado e sujeitas, em virtude das regras desse mercado, da lei ou de outros instrumentos vinculativos, a deveres de informação que garantam uma transparência adequada quanto aos respetivos beneficiários efetivos;
- b) Administração Pública ou empresas públicas;
- c) Clientes que residam em zonas geográficas de risco mais baixo, apuradas de acordo com o n.º 3 do presente anexo.

2 - Fatores de risco inerentes ao produto, serviço, operação ou canal de distribuição:

- a) Contratos de seguro Vida e de fundos de pensões ou produtos de aforro de natureza semelhante cujo prémio ou contribuição anual sejam reduzidos;
- b) Contratos de seguro associados a planos de pensão desde que não contenham uma cláusula de resgate nem possam ser utilizados para garantir empréstimos;
- c) Regimes de pensão, planos complementares de pensão ou regimes semelhantes de pagamento de prestações de reforma aos trabalhadores assalariados, com contribuições efetuadas mediante dedução nos salários e cujo regime vede aos beneficiários a possibilidade de transferência de direitos;
- d) Produtos ou serviços financeiros limitados e claramente definidos, que tenham em vista aumentar o nível de inclusão financeira de determinados tipos de clientes;
- e) Produtos em que os riscos de BCFT são controlados por outros fatores, como a imposição de limites de carregamento ou a transparência da respetiva titularidade, podendo incluir certos tipos de moeda eletrónica.

3 - Fatores de risco inerentes à localização geográfica - registo, estabelecimento ou residência em:

- a) Estados-Membros da União Europeia;
- b) Países terceiros que dispõem de sistemas eficazes em matéria de prevenção e combate ao BCFT;
- c) Países ou jurisdições identificadas por fontes credíveis como tendo um nível reduzido de corrupção ou de outras atividades criminosas;
- d) Países terceiros que estão sujeitos, com base em fontes idóneas, tais como os relatórios de avaliação mútua, de avaliação pormenorizada ou de acompanhamento publicados, a obrigações de prevenção e combate ao BCFT coerentes com as recomendações revistas do GAFI e que implementam eficazmente essas obrigações.

10.4. ANEXO IV - LISTA NÃO EXAUSTIVA DOS FATORES E TIPOS INDICATIVOS DE RISCO POTENCIALMENTE MAIS ELEVADO

(Corresponde ao Anexo III da Lei nº 83/2017 de 18-08-2017)

1 - Fatores de risco inerentes ao cliente:

- a) Relações de negócio que se desenrolem em circunstâncias invulgares;
- b) Clientes residentes ou que desenvolvam atividade em zonas de risco geográfico mais elevado, apuradas de acordo com o n.º 3 do presente anexo;
- c) Pessoas coletivas ou centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica que sejam estruturas de detenção de ativos pessoais;
- d) Sociedades com acionistas fiduciários (nominee shareholders) ou que tenham o seu capital representado por ações ao portador;
- e) Clientes que prossigam atividades que envolvam operações em numerário de forma intensiva;
- f) Estruturas de propriedade ou de controlo do cliente que pareçam invulgares ou excessivamente complexas, tendo em conta a natureza da atividade prosseguida pelo cliente;
- g) O cliente é um nacional de um país terceiro que solicita direitos de residência ou de cidadania em Portugal em troca de transferências de capital, aquisição de bens ou títulos de dívida pública ou do investimento em entidades societárias estabelecidas em território nacional.

2 - Fatores de risco inerentes ao produto, serviço, operação ou canal de distribuição:

- a) Private banking;
- b) Produtos ou operações suscetíveis de favorecer o anonimato;
- c) Pagamentos recebidos de terceiros desconhecidos ou não associados com o cliente ou com a atividade por este prosseguida;
- d) Novos produtos e novas práticas comerciais, incluindo novos mecanismos de distribuição e métodos de pagamento, bem como a utilização de novas tecnologias ou tecnologias em desenvolvimento, tanto para produtos novos como para produtos já existentes;
- e) Relações de negócio ou operações sem a presença física do cliente, sem certas salvaguardas, tais como meios de identificação eletrónica, serviços de confiança relevantes na aceção do Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, ou outros processos de identificação eletrónica ou à distância seguros, regulamentados, reconhecidos, aprovados ou aceites pelas autoridades nacionais relevantes;
- f) Transações relacionadas com petróleo, armas, pedras e metais preciosos, produtos do tabaco, artefactos culturais e outros artigos de relevância arqueológica, histórica, cultural e religiosa ou de valor científico raro, bem como marfim e espécies protegidas.

3 - Fatores de risco inerentes à localização geográfica:

- a) Países ou jurisdições identificados por fontes idóneas, tais como os relatórios de avaliação mútua, de avaliação pormenorizada ou de acompanhamento publicados, como não dispendo de sistemas eficazes em matéria de prevenção e combate ao BCFT, sem prejuízo do disposto na presente lei relativamente a países terceiros de risco elevado;
- b) Países ou jurisdições identificados por fontes credíveis como tendo um nível significativo de corrupção ou de outras atividades criminosas;

- c) Países ou jurisdições sujeitos a sanções, embargos, outras medidas restritivas ou contramedidas adicionais impostas, designadamente, pelas Nações Unidas e pela União Europeia;
- d) Países ou jurisdições que proporcionem financiamento ou apoio a atividades ou atos terroristas, ou em cujo território operem organizações terroristas.

10.5. ANEXO V - LISTA DE INDICADORES DE SITUAÇÕES SUSPEITAS DE BCFT - LISTA EXEMPLIFICATIVA E NÃO EXAUSTIVA

(Corresponde ao Ofício 2020/8688 da CMVM)

ENTIDADES FINANCEIRAS	Análise da Sociedade
1. Indicadores relativos ao Cliente:	
<ul style="list-style-type: none"> Clientes que mostrem relutância ou se recusem a disponibilizar os elementos identificativos/meios comprovativos/outros elementos de informação ou a promover as diligências de comprovação considerados necessárias pela entidade obrigada para: <ul style="list-style-type: none"> a) A identificação do cliente, do seu representante ou do beneficiário efetivo; b) A compreensão da estrutura de propriedade e controlo do cliente; c) O conhecimento da natureza e finalidade da relação de negócio; d) O conhecimento da origem e destino dos fundos; ou e) A caracterização da atividade do cliente. 	✓
<ul style="list-style-type: none"> Clientes cuja estrutura de detenção inclua entidades legais potenciadoras do anonimato dos seus respetivos beneficiários efetivos, tais como trusts, fundações, empresas de fachada, <i>shell companies</i>, empresas com <i>nominee shareholders</i>, entre outros. 	✓
<ul style="list-style-type: none"> Clientes cuja estrutura de detenção não esteja refletida nos respetivos relatos financeiros anuais, bem como nos das entidades detentoras; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> Clientes que mostrem relutância ou se recusem a proceder à atualização dos respetivos elementos de informação; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> Alterações frequentes de beneficiário efetivo de clientes, pessoas coletivas ou outras entidades jurídicas; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> Clientes que mostrem relutância ou se recusem a disponibilizar documentos originais ou de valor equivalente; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> Clientes que não pretendam o envio de qualquer correspondência para a morada declarada; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> Clientes que demonstrem excessiva preocupação com o cumprimento dos deveres relativos à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e/ou um com os procedimentos adotados pela entidade obrigada neste âmbito; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> Clientes que intervenham em diversas contas, independentemente da natureza da intervenção (titulares, contitulares, procuradores com poderes para movimentar a conta); 	✓
<ul style="list-style-type: none"> Clientes que mantenham contas em nome de terceiros, como familiares, sendo desse facto indício, por exemplo, a gestão efetiva dessas contas; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> Clientes cujos elementos de contacto fornecidos se revelem associados também a outros clientes, não sendo clara a relação existente entre esses clientes; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> Clientes que apesar da relevante dimensão das suas operações não mostrem qualquer interesse pelo preçário aplicável; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> Clientes sedeados em jurisdições <i>offshore</i> ou jurisdições consideradas de risco, nos termos do n.º 3 do Anexo III à LBCFT; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> Padrões de negociação incoerentes com o tipo de cliente; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> Clientes sem razão atendível para recorrer aos serviços da entidade obrigada, em especial, por se tratar de um cliente sediado em jurisdições estrangeiras sem relações económicas com Portugal; 	n.a.

• Relações de negócio ou transações ocasionais em que se procure dificultar a identidade dos beneficiários efetivos, designadamente através de complexas estruturas societárias;	✓
• Clientes cujo volume de operações e investimentos não se coadune com as atividades desenvolvidas;	✓
• Clientes que estabelecem relações económicas com pessoas envolvidas em atividades suspeitas, designadamente através de transferências de fundos;	✓
• Transferências frequentes de valores mobiliários ou alterações quanto aos titulares das contas;	n.a.
• Alterações frequentes na conta indicada para o recebimento de dividendos e outros rendimentos;	✓
• Clientes que procurem restringir quaisquer contactos que estabeleçam com a instituição financeira a um colaborador ou colaboradores específicos da mesma, em especial quando - face à ausência desse ou desses colaboradores - os clientes decidam não efetuar ou suspender operações;	n.a.
• Clientes que revelem um conhecimento fora do comum sobre a legislação e regulamentação em matéria de prevenção e combate do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;	✓
• Clientes cuja relação comercial foi terminada por outra instituição/intermediário financeiro.	n.a.
2. Indicadores relativos às operações • 2.1 Operações sobre instrumentos financeiros	Análise da Sociedade
• Operações sem aparente racionalidade económica (v.g. verificação de menos-valias reiteradas sem consequente preocupação do cliente, operações inconsistentes com a estratégia do cliente);	✓
• Operações ordenadas de modo a evitar a sua especial monitorização pela entidade obrigada, designadamente operações sequenciais de reduzida dimensão que agregadas representem um montante significativo;	✓
• Alteração do padrão de negociação do cliente, com aumentos significativos nos volumes e na regularidade das operações do cliente sem justificação aparente, nomeadamente em contas sem atividade anterior significativa;	✓
• Operações pontuais ou periódicas de grande ou média dimensão;	✓
• Operações frequentes de grande dimensão, sem justificação aparente;	✓
• Operações frequentes de ações de baixo valor;	✓
• Utilização de novas tecnologias ou meios de pagamento não utilizados no normal curso das operações e que favoreçam o anonimato;	✓
• Transferências para, ou com, origem em bancos sediados em jurisdições offshore ou jurisdições consideradas de risco, nos termos do n.º 3 do Anexo III à LBCFT;	✓
• As transferências realizadas, quando observadas ao longo de um período de tempo, demonstram padrões pouco usuais ou suspeitos;	✓
• Utilização de contas-margem com reduzida negociação de instrumentos financeiros associada;	n.a.
• Clientes que efetuem frequentes entregas de numerário, designadamente a empresas de investimento, para provisão de contas associadas a operações sobre valores mobiliários, ainda que para: i) fazer face à liquidação dessas operações; ii) reforço ou constituição de margens; ou iii) amortização de empréstimos concedidos com a finalidade de investimento em valores mobiliários;	n.a.
• Contas financeiras associadas a operações sobre valores mobiliários, mantidas junto de empresas de investimento, com saldos elevados e desproporcionados em relação ao volume e tipo de operações realizadas, sobretudo contas que não sejam remuneradas;	n.a.
• Movimentos financeiros associados a uma conta para liquidação de operações sobre valores mobiliários não relacionados com operações sobre valores mobiliários;	n.a.

• Transferências imediatas de fundos após liquidação de operações para outros intermediários financeiros, em especial de outras jurisdições;	n.a.
• Pagamentos realizados por terceiros sem aparente relação com o cliente;	✓
• Transferências volumosas com entradas e saídas de fundos, em curtos períodos de tempo;	✓
• Transferência de fundos para entidades depositárias de organismos de investimento coletivo (OIC) ou para plataformas de financiamento colaborativo, sem o consequente investimento em ativos ou projetos concretos e posterior levantamento desses fundos, sem aparente racionalidade económica;	✓
• Na realização de operações com concessão de crédito para investimento em instrumentos financeiros: i) o reembolso antecipado e sem motivo lógico aparente, com prejuízo para o mutuário, com recurso a fundos de terceiros e/ou inconsistentes com o perfil do cliente; ii) a solicitação de crédito sem aparente justificação económica para a operação; iii) a entrega de garantias reais, do próprio ou de terceiros, cujo valor não se coadune com a situação financeira do cliente ou cuja origem seja desconhecida; iv) a solicitação de crédito por parte de clientes que já sejam mutuários de empréstimos concedidos por instituições domiciliadas em centros offshore e que não apresentem qualquer conexão com a atividade conhecida dos clientes;	n.a.
• Operações que evidenciem um grau de complexidade aparentemente desnecessário para a concretização do fim a que se destinam, em razão, designadamente, do número de movimentos financeiros, de instituições financeiras, de contas, de sujeitos intervenientes e ou de países ou jurisdições envolvidas;	✓
• Realização de operações sobre instrumentos financeiros ilíquidos, de difícil valorização e/ou de colocação particular em jurisdições consideradas de risco;	n.a.
• Operações circulares (e.g. <i>wash trades</i> , <i>circular trading</i>).	✓
• 2.2 Operações de natureza imobiliária	Análise da Sociedade
• Transações envolvendo partes que não atuem em nome próprio, tentando ocultar a identidade do beneficiário efetivo, designadamente com cessões de posições contratuais com outorga de contratos através de mandatários;	✓
• Transações iniciadas em nome de uma pessoa e concluídas em nome de outra, sem uma explicação lógica para a mudança;	✓
• Transações em que as partes não demonstram interesse particular nas características da propriedade (por exemplo, qualidade de construção, localização, data na qual será entregue, etc.);	✓
• Transações envolvendo partes não interessadas na obtenção de um melhor preço para a transação ou em melhorar as condições de financiamento;	✓
• Transações onde o comprador demonstra grande interesse em áreas específicas, sem questionar ou discutir o preço de compra;	✓
• Transações efetuadas através de contrato, sem qualquer intenção das partes em conferir eficácia ao mesmo, ou onde tal intenção seja expressa, mas não formalizada;	✓
• Transações envolvendo a mesma propriedade em momentos muito próximos no tempo (por exemplo, a compra e venda imediata de uma propriedade), com diferenças significativas (positivas ou negativas) entre o preço de compra e o preço de venda;	✓
• Transações em que o registo de propriedade residencial é feito em nome de um mandatário (parente, amigo, sócio de negócio, advogado ou empresa legítima), sem que se vislumbre qualquer razão ou justificação lógica;	✓
• Transações em que se verificam comportamentos suspeitos, por parte do vendedor ou do comprador, suscetíveis de indiciar que a propriedade poderá ser objeto de utilização para atividades criminosas;	✓
• Transações em que o preço de venda de uma propriedade é significativamente inferior ao preço de compra, não tendo os valores de mercado diminuído significativamente;	✓
• Transações em que o preço de venda é muito superior aos valores de mercado;	✓

<ul style="list-style-type: none"> • Transações em que o preço de venda de uma propriedade é inconsistente com • a ocupação do comprador ou com o rendimento por ele auferido; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> • Transações em que o comprador pretende pagar um adiantamento em dinheiro • superior a mais de 10% do preço do imóvel; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> • Transações em que o comprador pretende pagar um adiantamento em • numerário superior a € 10.000,00; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> • Transações envolvendo instrumentos de pagamento de difícil rastreabilidade quanto à sua origem ou ao seu circuito (por exemplo, numerário ou cheques ao portador) ou em que o pagamento seja efetuado por cheque endossado por • terceiros; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> • Transações em que o comprador recusa ou dificulta a disponibilização ao notário do número da conta bancária onde os montantes envolvidos foram ou • serão debitados; 	✓
<ul style="list-style-type: none"> • Transações em que o comprador recusa ou dificulta o pagamento do preço de venda por transferência bancária ou cheque, ainda que o montante seja superior • a € 10.000,00. 	✓

10.6. ANEXO VI - CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DE BENEFICIÁRIO EFETIVO

Consideram-se beneficiários efetivos de organismo de investimento coletivo e de entidades societárias, quando não sejam sociedades com ações admitidas à negociação em mercado regulamentado sujeitas a requisitos de divulgação de informações consentâneos com o direito da União Europeia ou sujeitas a normas internacionais equivalentes que garantam suficiente transparência das informações relativas à propriedade, as seguintes pessoas:

- a) A pessoa ou pessoas singulares que, em última instância:
 - i. Detêm a titularidade ou o controlo, direto ou indireto, de uma percentagem suficiente de unidades de participação ou de titularização em circulação nesse organismo de investimento coletivo;
 - ii. Detêm a propriedade ou o controlo, direto ou indireto, de uma percentagem suficiente de ações ou dos direitos de voto ou de participação no capital dessa entidade;
- b) A pessoa ou pessoas singulares que exercem controlo por outros meios sobre esse organismo de investimento coletivo ou sobre essa entidade;
- c) A pessoa ou pessoas singulares que detêm a direção de topo, se, depois de esgotados todos os meios possíveis e na condição de não haver motivos de suspeita:
 - i. Não tiver sido identificada nenhuma pessoa nos termos das alíneas anteriores; ou
 - ii. Subsistirem dúvidas de que a pessoa ou pessoas identificadas sejam os beneficiários efetivos.

Para os efeitos de aferição da qualidade de beneficiário efetivo, quando a contraparte for uma entidade societária ou um organismo de investimento coletivo referidos no parágrafo anterior, a Sociedade:

- a) Considera como indício de propriedade direta a detenção, por uma pessoa singular, de participações representativas de mais de 25 % do capital social ou de unidades de participação ou de titularização em circulação da contraparte;
- b) Considera como indício de propriedade indireta a detenção de participações representativas de mais de 25 % do capital social ou de unidades de participação ou de titularização em circulação da contraparte por: i. Entidade societária que esteja sob o controlo de uma ou várias pessoas singulares; ou ii. Várias entidades societárias que estejam sob o controlo da mesma pessoa ou das mesmas pessoas singulares;
- c) Verifica a existência de quaisquer outros indicadores de controlo e das demais circunstâncias que possam indiciar um controlo por outros meios.

No que respeita a fundos fiduciários (trusts) a Sociedade considera beneficiário efetivo:

- a) O fundador (settlor) ou os fundadores (settlers);
- b) O administrador ou administradores fiduciários (trustees) de fundos fiduciários;
- c) O curador ou os curadores, se aplicável;
- d) Os beneficiários ou, se os mesmos não tiverem ainda sido determinados, a categoria de pessoas em cujo interesse principal o fundo fiduciário (trust) foi constituído ou exerce a sua atividade;
- e) Qualquer outra pessoa singular que detenha o controlo final do fundo fiduciário (trust) através de participação direta ou indireta ou através de outros meios.

No caso de pessoas coletivas de natureza não societária, como as fundações, ou de centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica de natureza análoga a fundos fiduciários (trusts), consideram-se beneficiários efetivos a pessoa ou pessoas singulares com posições equivalentes ou similares às mencionadas no parágrafo anterior.

Sem prejuízo do previsto na definição de Centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica, os fundos de pensões encontram-se sujeitos às regras sobre beneficiários efetivos na eventualidade de financiarem, exclusivamente ou não planos de pensões cujos participantes ou beneficiários sejam membros dos órgãos de administração dos respectivos associados, considerando-se, nesses casos, que os seus beneficiários efetivos são aqueles participantes e os beneficiários.

O ponto acima apenas se aplica quando pelo menos 2 % do valor do fundo de pensões esteja afeto ao financiamento das responsabilidades passadas dos participantes e beneficiários ali referidos ou ao valor das suas contas individuais.

O disposto no penúltimo parágrafo aplica-se igualmente aos contratos de adesão coletiva a fundos de pensões abertos, nos casos em que o valor da adesão afeto ao financiamento das respetivas responsabilidades passadas, ou ao valor das suas contas individuais, represente pelo menos 5 % do valor das unidades de participação do fundo.

Consideram-se igualmente beneficiários efetivos quaisquer participantes e beneficiário de adesões individuais a um fundo de pensões aberto que individualmente detenham pelo menos 5 % do valor das unidades de participação desse fundo.

Nos casos previstos nos parágrafos anteriores, cabe à entidade gestora do fundo de pensões cumprir os deveres de prestação de informação perante a Sociedade a respeito do beneficiário efetivo, cabendo ao associado disponibilizar à entidade gestora do fundo os elementos necessários para o efeito, tendo como referência os elementos do último exercício aprovado.

10.7. ANEXO VII – AVISO RELATIVO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS PELA KLP GESTÃO DE ATIVOS, SGOIC, S.A. – ANEXADO AOS FORMULÁRIOS KYC

A KLP de Ativos, SGOIC, S.A. preocupa-se com a proteção dos seus dados pessoais. / KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. is concerned with the protection of your Personal Data.

A KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. recolhe os seus dados pessoais de forma legítima, transparente e para fins de processamento explícitos e legais. Assim, os dados pessoais reunidos pela KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. são apenas adequados e relevantes e serão limitados ao necessário para os fins para os quais serão processados. / KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. collects your personal data legitimately, transparently, and for legal and explicit processing purposes. Therefore, personal data collected by KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. are only appropriate and relevant and will be limited to what is necessary for the purposes for which they will be processed.

☐ Autorizo o tratamento dos meus dados pessoais nos termos da lei em vigor, por parte da KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A., e à sua transmissão às entidades públicas ou privadas aplicáveis, de forma a cumprir os requisitos legais necessários à celebração da presente relação de negócio. / I authorize the processing of my personal data in accordance with the law in force, by KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A., and its transmission to the applicable public or private entities, in order to comply with the legal requirements necessary for the conclusion of this business relationship.

De acordo com o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 ("GDPR"), o titular dos dados pode exercer os seus direitos (acesso, retificação, portabilidade, limitação, objeção, exclusão e retirada de consentimento). / Pursuant to Regulation (EU) 2016/679 of the European Parliament and of the Council of April 27th, 2016 ("GDPR"), the data subject may exercise their rights (access, rectification, portability, limitation, objection, deletion and withdrawal of consent).

☐ Declaro que, nos termos da lei, fui informado(a) de que me é garantido, enquanto titular, o direito de acesso, retificação e eliminação dos meus dados pessoais tratados no âmbito deste processo. / I declare that, under the terms of the law, I have been informed that, as a holder, I am guaranteed the right to access, rectify and delete my personal data processed in the context of this process.

Para tanto, todas as comunicações devem ser enviadas por e-mail para gdpr.portugal@klepierre.com / For this purpose, applications must be submitted by email to gdpr.portugal@klepierre.com

Declaro, sob juramento de honra, que as informações prestadas nesta ficha são precisas, atuais e completas. / I declare under oath of honour that the information given in this sheet is accurate, current and complete.

Declaro que me comprometo a informar prontamente a KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. sobre quaisquer eventuais alterações nas informações relatadas nesta ficha. / I declare that I undertake the obligation to promptly inform KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. about any eventual changes to the information form.

Declaro, sob compromisso de honra, que as informações prestadas na presente Ficha são verdadeiras e completas. / I declare, under my honor, that the information provided in this Form is true and complete.

[Inserir Local, inserir data/ Insert location, insert date]

Nome/Name: _____

Assinatura/Signature: _____

10.8. ANEXO VIII – POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA INTEGRIDADE DE TERCEIROS “*KNOW YOUR BUSINESS PARTNER*” (KYBP)